



Lawyers Weekly
March, 2017

Page: 35
Section: General News
Region: National, AU
Circulation: 11786
Type: Magazines Trade
Size: 292.00 sq.cms.

slice

press clip

Marking Day of the Endangered Lawyer

THE LAW COUNCIL OF AUSTRALIA (LCA) and Australian Lawyers for Human Rights (ALHR) have made a call to action in support of the 2017 Day of the #EndangeredLawyer.

This year the day of observance was held in honour of legal practitioners working in the People's Republic of China (PRC).

Via Twitter, LCA president Fiona McLeod SC shared a press release from 2015. In December of that year the group publicly expressed its concerns regarding a Chinese "crackdown" on the legal profession.

Two years ago the LCA held the position that "the independence of [China's] legal profession must be protected" and pushed for the state to stop sanctioning lawyers for actions taken in accordance with their professional duties.

In what later came to be known as China's '709 crackdown', over 300 lawyers, law firm staff and human rights activists were affected by state force. A number of that group were forbidden from leaving China and 36 lawyers were detained or held incommunicado.

"The crackdown on lawyers has been comprehensive, destabilising personal and professional lives," the LCA said.

"Concerns remain for lawyers in PRC," Ms McLeod added in her tweet.

The Day of the Endangered Lawyer falls on 24 January every year, shining a spotlight on

the dangers that legal representatives and advocates face for doing their jobs.

ALHR released a statement adding that protections must be available in every country so that lawyers can perform their professional obligations without fear of retribution.

Failing to do so, the group suggested, is a direct contravention of several international laws.

"On the Day of the Endangered Lawyer, ALHR gives thought to the many human rights lawyers around the world who remain in prison or are at risk simply for doing their job and attempting to carry out their duties in line with international standards," ALHR president Benedict Coyne said.

"ALHR calls on all countries to comply with the UN Basic Principles on the Role of Lawyers and ensure that lawyers can act in accordance with the law and without improper interference or persecution."

Mr Coyne noted the efforts of lawyers in China who have dedicated their working lives to upholding the rule of law and defending human rights in challenging conditions.

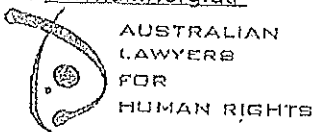
"ALHR finds it highly concerning that lawyers risk danger for upholding the human rights of others and protecting vulnerable clients," he said.



300+

The estimated number of lawyers, firm staff and human rights activists impacted by the '709 crackdown'

Benedict Coyne
President
Australian Lawyers for Human Rights
E: president@alhr.org.au
W: www.alhr.org.au



ALHR was established in 1993 and is a national association of Australian solicitors, barristers, academics, judicial officers and law students who practise and promote international human rights law in Australia. ALHR has active and engaged National, State and Territory committees and a secretariat at La Trobe University Law School in Melbourne. Through advocacy, media engagement, education, networking, research and training, ALHR promotes, practices and protects universally accepted standards of human rights



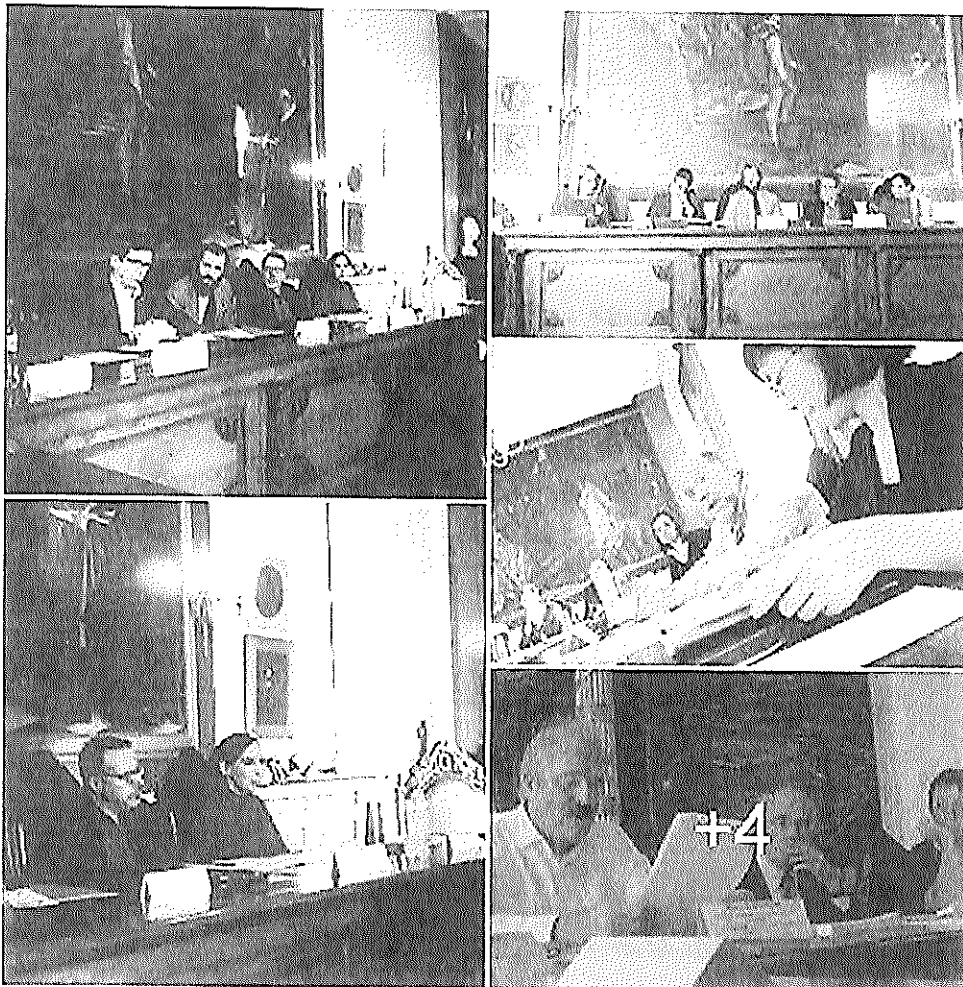
Stuart Russell heeft 8 nieuwe foto's toegevoegd

26 november om 14:39 ·

DAY OF THE ENDANGERED LAWYER.

20 representatives from international and European lawyers associations met in Brussels on November 23rd to discuss the International Day of the Endangered Lawyer, to be held on January 24, 2017 on the theme of China. We heard a detailed update about the appalling situation confronting Chinese lawyers from Kit Chan of the Chinese Human Rights Lawyers Concern Group in Hong Kong, and undertook to propose to the UN that there be an International Day of the Endangered Lawyer.

Gill Boehringer Hans Gaasbeek Richard Sédillot Nicola Canestrini IDHAE China Human Rights Lawyers Concern Group / 中國維權律師關注組 William Nee Patrick Poon Committee to Support Chinese Lawyers Rose Tang Yu-Jie Chen



Leuk Reactie Delen

Mir Hafiz-ullah, Stuart Russell en 28 anderen

8 keer gedeeld

1 reactie



Política

Brasília

Opinião

Mundo

Brasil

Tecnologia

Meuro Leonardo Cunha

Busca



You are here > Home > Drª Clarita Maia > Dia 24 de janeiro: Dia do Advogado em Situação de Perigo

DIA 24 DE JANEIRO: DIA DO ADVOGADO EM SITUAÇÃO DE PERIGO

📅 24 de janeiro de 2017 👤 David Gereci



RECENT POSTS



📅 janeiro 25, 2017 👤 David Gereci 💬 0

Janot pede ao Supremo urgência para definir novo relator da Lava Jato

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu hoje (24) ao Supremo Tribunal Federal (STF) urgência na decisão sobre a escolha do relator das ações da Operação Lava Jato. Com a morte do ministro Teori Zavascki, a Corte busca internamente uma solução para o impasse. Não há data para...

Opinião



janeiro 25,

2017 👤 David Gereci 💬 0

A dez dias de eleição, candidatos à presidência da Câmara buscam apoio

A dez dias para a escolha do presidente..

Brasil



janeiro 25,

2017 👤 David Gereci 💬 0

President e da CLDF: Reajuste das passagens é "derrota da população"

Deputado Joe Valle estudará se a Câmara Legislativa..

Política



janeiro 25,

2017 👤 David Gereci 💬 0

Governo do DF

Dia 24 de janeiro: Dia do Advogado em Situação de Perigo

Clarita Costa Maia

Há exatos quarenta anos, quatro advogados foram assassinados em um escritório em Madrid, Espanha, episódio que ficou conhecido como o massacre de Atocha, em referência ao endereço da banca de advocacia. O episódio ocorreu no período de transição que seguiu à morte do ditador Franco em 1975, quando a Espanha estava na iminência de uma guerra civil. Dos assassinos, filiados a partidos e organizações de extrema-direita, apenas um foi condenado pelo crime.

Na década de 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU), durante o Oitavo Congresso sobre Prevenção da Criminalidade e Tratamento de Ofensores, ocorrida em Havana, Cuba, adotou o pouco conhecido documento *Princípios Básicos sobre o Papel dos Advogados*. Em síntese, o diploma manifesta que a proteção adequada dos direitos humanos e das liberdades fundamentais exige o acesso efetivo a serviços jurídicos prestados por uma categoria profissional própria e independente dos Poderes Constituídos: os advogados.

Reconhece o *Documento* que as associações profissionais de advogados devem ser autônomas e que possuem vital a desempenhar na defesa das normas profissionais e da ética. Elas devem proteger os seus membros de perseguições, de restrições e da criação de infrações que lhes neutralizem, prestando serviços jurídicos a todos os que deles necessitam e cooperando com as instituições governamentais e outras na persecução de seus fins.

Dos *consideranda* constam as usuais remissões aos tratados internacionais de direitos humanos que fundamentariam o Documento: Declaração Universal dos Direitos do Homem, Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer Forma de Detenção ou Prisão, Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros, Declaração dos Princípios Básicos de Justiça para as Vítimas de Crime e de Abuso de Poder.

No mérito, os *Princípios* estabelecem o direito de todos à assistência de um advogado da sua escolha para proteger, estabelecer os seus direitos e para os defender em todas as fases do processo penal. Também estabelecem aos governos o dever de assegurar que esses serviços sejam prestados inclusive aos hipossuficientes, mediante assistência jurídica gratuita ou advogado dativo. Nos casos de encarceramento, o documento prevê o acesso imediato do constrito a um advogado, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da detenção, além da visitação frequente do advogado ao seu cliente.

Mais ainda, o documento internacional estabelece que os governos devem assegurar que os advogados possam exercer todas as suas funções profissionais sem intimidação, impedimento, assédio ou interferência indevida; possam viajar e consultar livremente os seus clientes no seu país e no exterior; tenham acesso a informações, arquivos e documentos adequados para a defesa; não sofram, nem sejam ameaçados com ações penais ou sanções administrativas, económicas ou outras por qualquer ação tomada de acordo com deveres, padrões e éticas profissionais reconhecidos; e possam exercer sua liberdade de associação e expressão sem mitigações, motivo por que são imunes civil e penalmente pelas declarações pertinentes feitas de boa-fé ou perante tribunais ou autoridades legais e administrativas.

O rosário de direitos e garantias do profissional da advocacia (e do indivíduo que exerça função correlata, em países nos quais não haja regulamentação da profissão), consignados nos resultados do Oitavo Congresso, parecem uma absoluta obviedade, porquanto incorporados há tempos pelo nosso ordenamento jurídico por meio de seus mais variados diplomas. Ele é, com efeito, caudatário da lenta evolução da consciência jurídica da comunidade internacional, de que é prova o fato de que a prática de realizar conferências internacionais sobre questões de controle da criminalidade data de 1872, quando conferências foram realizadas sob os auspícios da então vigente Comissão Internacional de Prisões, que, mais tarde, se tornou a Comissão Internacional Penal e Penitenciária (IPPC). Em 1955, o primeiro congresso onusiano foi realizado na primeira sede da Organização, em Genebra, e hoje se encontra na sua 13ª (décima terceira) edição.

A despeito dessa evolução progressiva e longeva que, conforme visto, tornou sólido o entendimento acerca dos pressupostos para o exercício da advocacia, alguns princípios podem soar, para leigos, como frivolidades, quando, ao revés, são revestidos de elevada importância para o desempenho de suas funções. Refiro-me, em particular, à prerrogativa de sigilo de comunicações entre advogados e clientes e ao direito de não serem identificados ou confundidos com seus clientes ou com as causas de seus clientes como resultado do desempenho de suas funções. Trata-se, esse último, da conhecida "criminalização do advogado", ou seja, do julgamento social pejorativo à figura do advogado em razão do seu cliente ou de suas causas.

Claro é que, no estudo de fontes do Direito Internacional Público, essa declaração de princípios, bem como outras, de que os *Princípios Básico Relativos à Independência da Magistratura*, resultado do Sétimo Congresso, é exemplo, não é um documento legalmente vinculante. Pertencem à *soft law*, mas podem consolidar-se como costume internacional, do qual pode eximir-se a figura do objeto permanente, desde que os direitos costumeiros não sejam normas imperativas de direito internacional, ou seja, normas tão fundamentais e centrais aos direitos humanos que não podem ser derogadas em nenhuma circunstância. Embora nenhum julgado da Corte Internacional de Justiça (CIJ) tenha tido por objeto os feixes de princípios manifestados pelo Congresso sobre Prevenção da Criminalidade e Justiça Criminal (nome atualizado), não é difícil prever entendimento garantista, tradicional à CIJ.

Se a plêiade de premissas para o exercício da advocacia encontra-se em uma linha evolutiva sincopada em países relativamente estáveis e garantidores da regra de Direito, em vários outros padece de incerteza e suporta constantes ataques.

Por esse motivo, diversas associações de advogados do mundo têm se filiado à iniciativa *Dia do Advogado em Situação de Perigo*, sendo a última a seccional de Paris da Ordem dos Advogados da França (janeiro de 2016). Algumas são manifestas doadoras, como a Associação de Advogados Democráticos Europeus, a Associação Europeia de Advogados para a Democracia e os Direitos Humanos no Mundo, a Associação de Advocacia Social da Holanda, a Advogados por Advogados, o Instituto Europeu de Direitos Humanos, a Advogados sem Fronteiras e a Grupo de Advocacia do Reino Unido Colombia Caravana.

O Secretariado da Fundação O Dia do Advogado em Situação de Perigo é exercido "pro bono" pela banca de advocacia Gaasbeek & Gaasbeek Advocaten, sediada em Haarlem, Países Baixos. Criada em 2014, a Fundação visa a alertar a comunidade internacional de que advogados, em diversas partes do mundo, são assediados, silenciados, pressionados, ameaçados, perseguidos, torturados, quando não assassinados e sujeitos a desaparecimento forçado. No ano de 2016, a Fundação ultimou relatório sobre a situação de perseguição a advogados no Irã, na Turquia, no País Basco, na Colômbia e nas Filipinas. Neste ano, o Secretariado se debruçará sobre a situação na quase vizinha Honduras.

**decreta
situação
de
emergênc
ia por 180
dias
devido a
crise
hídrica**

Medida
permite
GDF fazer
compras
sem
licitação e...
Brasília

A triste efeméride de hoje nos recorda que, se a evolução histórico-cognitiva dos direitos humanos não admite retrocessos, a sua realização na vida prática é resultado de batalha incessante, que não permite concessões em face a circunstâncias excepcionais, ainda que com propósitos eivados de mérito. As prerrogativas dos advogados seguem esse mesmo curso. Pacificadas pela doutrina e reconhecidas na comunidade jurídica elas são, na verdade, conquistadas e reafirmadas dia-a-dia em órgãos jurisdicionais e administrativos, tendo, por vezes, em desfavor, os humores da opinião pública leiga que, em ira santa, pode concorrer para a redução do escopo protetivo de seus próprios direitos pela via do aviltamento das prerrogativas dos advogados.

No plano fático, sim, as prerrogativas sofrem distorções e apequenamentos. A Turquia, o Tigre Económico e Democrático da Anatólia por longa data, comprova os perigos fatais das sinuosas curvas da história, feitas de ânimos raivosos e humores instáveis.

Crédito da Foto:

Iryna Glushchenko iryna.s.glushchenko@gmail.com
Palácio da Paz, Países Baixos

The Law Society of Upper Canada Gazette

THE LAW SOCIETY OF UPPER CANADA
LE BARREAU DU HAUT-CANADA

[Skip to content](#) | [High contrast](#)

Search for: Search

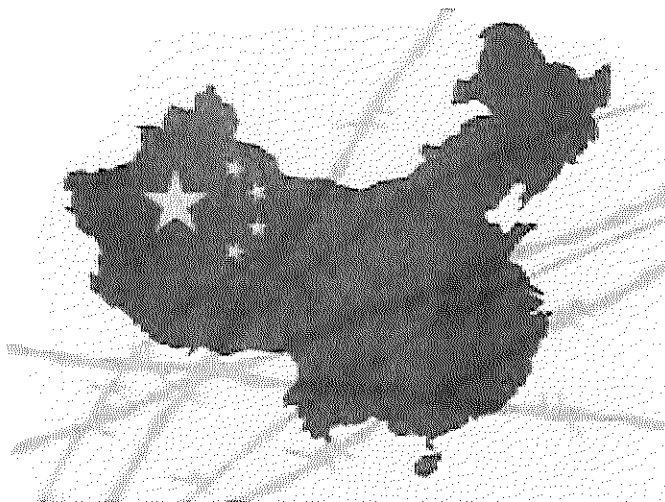
- [News](#)
- [Events](#)
- [Your Practice](#)
- [Paralegal Update](#)
- [Français](#)
- [Treasurer's Blog](#)

[Home](#) / [News](#) / Efforts of human rights lawyers in China recognized by Law Society

Efforts of human rights lawyers in China recognized by Law Society

- [China](#)
- [Day of the Endangered Lawyer](#)
- [Human Rights](#)

Posted: 01/18/2017



In honour of the [2017 Day of the Endangered Lawyer](#), the Law Society is recognizing the untiring efforts and courage of human rights lawyers in China.

In the summer of 2015, more than 300 lawyers and human rights defenders in China were questioned, detained, or charged in a crackdown as a result of their human rights work. As of October 17, 2016, six human rights lawyers remain in detention pending trial.

Lawyers in China continue to advocate for human rights under the threat of harassment and intimidation.

[Learn more about the difficulties faced by lawyers in China.](#)



The Day of the Endangered Lawyer: Honouring the Brave – January 24

The Day of the Endangered Lawyer, marked annually on January 24th, is a time to reflect on the plight of lawyers around the world, who risk harassment, persecution, injury and death as they work to protect the rights of those who need it most.

In honour of the 2017 Day of the Endangered Lawyer, the Law Society would like to acknowledge the untiring efforts and courage of human rights lawyers in China. In the summer of 2015, more than 300 lawyers and human rights defenders in China were questioned, detained or charged in a crackdown as a result of their human rights work. As of October 17, 2016, six human rights lawyers remained in detention pending trial. In addition, other lawyers have been detained in China. Lawyers in China continue to advocate for human rights under the threat of harassment and intimidation.

The Law Society of Upper Canada is committed to maintaining and advancing access to justice and the rule of law. Through the Law Society's Human Rights Monitoring Group, the Law Society has intervened many times in the cases of lawyers in China.

To learn more, please visit:

www.lawsocietygazette.ca/news/day-of-the-endangered-lawyer



Journée de l'avocat menacé : honorer le courage – le 24 janvier

La Journée de l'avocat menacé, soulignée le 24 janvier de chaque année, est un moment de réflexion sur la souffrance de nombreux avocats dans le monde qui risquent d'être harcelés, persécutés, blessés et tués parce qu'ils défendent les droits de ceux qui en ont le plus besoin.

À l'occasion de la Journée de l'avocat menacé – 2017, le Barreau voudrait reconnaître le travail incessant et le courage des avocats des droits de la personne en Chine. Durant l'été 2015, plus de 300 avocats et défenseurs des droits de la personne en Chine ont été interrogés, détenus ou accusés dans le cadre de mesures de répression contre eux en raison de leur travail pour les droits de la personne. Le 17 octobre 2016, six avocats des droits de la personne ont été détenus en attendant leurs procès. Par ailleurs, d'autres avocats ont été détenus en Chine, où ils continuent malgré tout à défendre les droits de la personne sous la menace de harcèlement et d'intimidation.

Le Barreau du Haut-Canada est déterminé à maintenir et à favoriser l'accès à la justice et la primauté du droit. Par le biais du Groupe de surveillance des droits de la personne, le Barreau est intervenu souvent dans des causes concernant des avocats en Chine.

Pour en apprendre davantage, veuillez visiter :
www.lawsocietygazette.ca/francais/Journée-de-l'avocat-menacé

Without freedom for rights lawyers, how can China lay claim to a just legal system?

Nicholas Bequelin says President Xi Jinping's legal reform drive is being undercut by the crackdown on lawyers and bureaucratic interpretations of national security laws

PUBLISHED : Monday, 23 January, 2017, 4:47pm

UPDATED : Tuesday, 24 January, 2017, 3:19am

[Comment: 1](#)



[Nicholas Bequelin](#)

More on this story

[Activists in profile: four faces of the Chinese rights movement](#)

[How China is making an example of Taiwanese activist's trial](#)

[Wife of Taiwanese activist detained in mainland China asks for visit](#)

[Wang Quanzhang: the last '709' lawyer in China's legal limbo](#)

Does China need lawyers? It's a fair question – since July 2015, we have documented over 240 cases of lawyers, legal activists and human rights defenders being detained, questioned, harassed or sentenced, as part of the largest state crackdown on the legal profession in China in decades.

Many endured months of secret detention under a legal provision that allows police to hold state security suspects at a place of their choice, outside the formal detention system. Several were tortured and almost all were denied contact with lawyers or relatives. Some issued chilling public “confessions”. Four have already been convicted and two jailed. Five more await trial.

Activists in profile: four faces of the Chinese rights movement

This doesn't fit easily with President Xi Jinping's (习近平) insistence on vigorously developing the legal system in China as the main instrument for the government and the party to rule the country.

Xi took office with the bold promise to “put power in a cage”, or deter official abuse of power, and followed through by giving fallen political rival Bo Xilai (薄熙來) the closest thing to a transparent trial by China's standards, abolishing the notorious system of re-education through labour, and picking “the rule of law” as the theme of the fourth party



plenum in 2014.

Communist Party pledges greater role for constitution, rights in fourth plenum

China has since put in motion an ambitious plan to address admitted deficiencies in its judicial system: corruption, abuse of power, political interference, miscarriage of justice, forced confessions and torture.

Without lawyers, ordinary citizens have virtually no hope of claiming their rights against powerful state machinery

But at least two things are threatening this agenda. The first is the failure to recognise that rights granted on paper are effective only if redress is available when they are denied or violated. Without effective remedies, rights on paper are worthless, and lawyers are indispensable to securing these remedies.

Lawyers are not always popular figures, and China is no different. Chinese lawyers are accused of being useless and a waste of money, and even rabble-rousers. But the role of the legal profession remains crucial in the administration of justice, if simply because lawyers are the only ones within the justice system whose main duty goes to the plaintiff or the defendant. This is all the more important in a system that does not recognise judicial independence: without lawyers, ordinary citizens have virtually no hope of claiming their rights against powerful state machinery.

Chinese lawyer held for more than 500 days in civil rights crackdown has mental disorder



For Xi's legal reforms to have a chance to succeed, much greater freedom will need to be given to lawyers, starting with a most fundamental one: allowing lawyers to form their own independent professional associations instead of keeping them under the thumb of the Ministry of Justice. Only then will they be on a firm foothold to ask that the state respect its own laws.



The second thing that threatens Xi's legal reform ambitions is of his own making: the reckless expansion of the national security laws and their conflation with protecting the political power of the party. While his intention might have been to prevent the emergence of political challenges, the prominence of this agenda has created strong incentives within the state security bureaucracy to use their newfound powers – including incommunicado detentions – and blow up minor cases of social contention or dissent as plots against national security involving “hostile foreign forces”.

Individuals tackling sensitive cases ... have been recast through a vicious state media campaign as unsavoury colour-revolution zealots

This is exactly what they appear to have done with the lawyers and rights activists caught up in the current crackdown: the who's who of the Chinese human rights community, upright, courageous individuals tackling sensitive cases that often pit them against powerful interests, such as the police or local bosses, have now been recast through a vicious state media campaign as unsavoury colour-revolution zealots paid by foreign powers to create chaos in China. Understandably, this deters the profession at large from engaging in politically sensitive cases.

China detains editor of human rights website in subversion probe

With the odds stacked against them at home, Chinese lawyers need international solidarity and support. The initiative by major international law associations to mark January 24 as “the International Day of the Endangered Lawyer” provides exactly that.

With this year's focus on China, one hopes this campaign may even go some way in convincing Xi that he should see lawyers as allies rather than enemies in his effort to improve China's legal system.

Nicholas Bequelin is East Asia director at Amnesty International, based in Hong Kong

This article appeared in the South China Morning Post print edition as: Lawyers need free rein for Xi's reforms to work

Les avocats en danger dans le monde

par Françoise Casagrande,
vice-bâtonnière du barreau de Bordeaux

Nous avons souhaité, le bâtonnier et moi-même, lors de notre rentrée solennelle, attirer votre attention sur un sujet qui nous tient à cœur, celui des avocats en danger dans le monde, et plus particulièrement, sur les organisations qui se mobilisent pour leur défense, donc, bien sûr, l'institut des droits de l'homme du barreau de Bordeaux (IDHBB), l'institut des droits de l'homme des avocats européens (IDHAE) et enfin, l'Observatoire international des avocats en danger (OIAD).

I. MISSIONS ET OBJECTIFS DE L'OIAD

En avril 2016, nous avons assisté, lors des rencontres de Madrid, à l'adhésion du barreau de Madrid à l'Observatoire international des avocats en danger, en présence de la vice-bâtonnière du barreau de Paris, Dominique Attias, qui nous fait le plaisir d'être là aujourd'hui et dont on sait l'engagement total et constant dans la défense des avocats dans le monde.

L'OIAD a été créé en 2015 à l'initiative du CNB et du barreau de Paris, qui ont été rejoints par le *Consejo General de la Abogacía Española* et le *Consiglio Nazionale Forense*.

L'objectif de l'OIAD est de mener une veille permanente de la situation des avocats menacés dans le monde, en raison de l'exercice légitime de leur profession, et de porter assistance aux avocats dont la vie, la liberté ou l'exercice professionnel sont menacés.

Chaque année, ce sont des centaines d'avocats qui perdent leur liberté, quelquefois leur vie, ou subissent des pressions intolérables en raison de la défense de leurs clients ou de leurs prises de position en faveur des libertés fondamentales.

Les missions premières de l'OIAD sont :

- De recenser les avocats en danger dans le monde en devenant le destinataire des alertes lancées par les barreaux membres ou les partenaires, en exerçant une veille dans les pays les plus problématiques ;
- De dénoncer ces situations en diffusant les informations confirmées auprès de l'opinion publique, des autorités du pays et des autorités diplomatiques des pays des membres ainsi qu'auprès des organisations internationales pour que se déclenchent les procédures spéciales de protections.

L'OIAD peut mettre en place un mécanisme d'aide d'urgence pour les avocats confrontés à une menace sérieuse et imminente.



Françoise Casagrande

Ce soutien peut prendre différentes formes, dont l'envoi de mission de défense pénale pour défendre un avocat poursuivi, l'octroi d'un financement d'urgence à un avocat et sa famille, l'achat de matériel de protection et de sécurité pour l'avocat.

Enfin, l'OIAD souhaite, par ses actions, sensibiliser l'opinion internationale et les instances nationales et internationales à la protection des avocats.

II. LA JOURNÉE DE L'AVOCAT EN DANGER

Depuis plus de 7 ans, la Journée de l'avocat en danger, initiative internationale mise en place par plusieurs organisations d'avocats dont l'OIAD, le CNB, les avocats européens démocrates, l'IDHAE l'institut des droits de l'homme des avocats européens, permet, tous les 24 janvier, de mobiliser les sociétés civiles autour de la situation de confrères menacés dans un pays particulier.

Participent également à l'organisation de cette journée, l'Association française des avocats et juristes arméniens (AFAJA) le SAF et la FNUJA. La date du 24 janvier a été retenue en raison du massacre d'Atocha en Espagne, au cours duquel, en 1977, quatre avocats et leur assistante ont été assassinés par un groupe néofasciste.

Les différentes organisations, dont le CNB, le barreau de Paris et les avocats qui se mobilisent chaque 24 janvier, ont appelé la communauté internationale à reconnaître officiellement cette date comme celle de la Journée internationale de l'avocat en danger.

Dans les dernières années, cette journée a été consacrée à la situation des avocats du Honduras, des Philippines, de Colombie et de Turquie.

La Journée de l'avocat en danger, cette année, a été dédiée à la situation des avocats en Chine, victimes, depuis des années, de nombreuses mesures de représailles et de harcèlement de la part des autorités chinoises en raison de leur engagement pour la défense des libertés civiles, politiques, sociales et économiques de leurs concitoyens.

En Chine, les avocats défenseurs des droits de l'homme sont confrontés aux violations incessantes des droits fondamentaux de leurs concitoyens. La liberté d'expression, la liberté de religion, la dissidence politique, les luttes autonomistes (Tibétains, Ouïghours) sont les sujets les plus « sensibles » politiquement.

Mais des personnes sont également poursuivies pour des sujets se rapportant aux expropriations, discriminations, protection du consommateur et protection de l'environnement.

En Chine, de 2003 à 2013, on a pu constater l'émergence d'un mouvement structuré des avocats défenseurs des droits de l'homme.

L'État chinois a essayé d'enrayer ce mouvement, de diverses façons, dont la mise en place d'obstacles légaux au libre exercice de la profession d'avocat, comme :

- les Lois et directives administratives organisant la profession dont le but est l'assujettissement total du barreau au pouvoir d'État.

Le serment de l'avocat chinois est rédigé ainsi : « je jure de remplir mes devoirs de professionnel du droit, sous le socialisme chinois, de soutenir le pouvoir du Parti communiste chinois et le système socialiste ». Tout avocat doit disposer d'une licence, soumise à un renouvellement annuel par le pouvoir judiciaire.

Les cabinets d'avocats subissent une inspection annuelle de nature administrative.

- Un usage abusif et illégal de la législation pénale.

Depuis l'été 2015, plus de 25 avocats et juristes militants, dont l'avocate Wang Yu, ont été victimes de la mesure de placement en « résidence surveillée dans une zone désignée »

Les avocats des avocats se voient presque systématiquement refuser l'accès au dossier de leur client. Ils ne connaissent ni les charges, ni les faits, ni les mesures coercitives prises à l'encontre de leur client et ne sont pas informés des renouvellements des périodes de détention.

La plupart des avocats mandatés par les avocats victimes des arrestations de l'été 2015 se sont vus en effet refuser d'être reconnus comme tels par les autorités qui ont affirmé que les détenus avaient choisi d'autres avocats et révoqués ceux-ci.

IIIIII Audiance solennelle

En outre, les avocats désignés par la famille ou l'avocat détenu sont confrontés à diverses mesures de harcèlement administratif : convocation au poste de police pour interrogatoire ; visite impromptue de la police au domicile ; pression exercée sur leur cabinet pour rompre leur contrat d'engagement ; déportation de force par la police.

• L'Instauration d'un climat de terreur pour les avocats, leurs collaborateurs et leur famille

Ces pressions ont pu prendre la forme, comme pour le cas du fils de 16 ans de l'avocate Wang Yu, d'arrestation arbitraire, détention illégale, relocalisation forcée dans une région de Chine, placement en résidence surveillée et interdiction de quitter le territoire.

L'OIAD a cosigné en 2016 une lettre ouverte à l'attention des autorités chinoises en soutien aux avocats Li Heping et Wang Quanzhang, détenus depuis juillet 2015 et toujours dans l'attente de leur procès en Chine.

Pour que nous leur rendions hommage ce soir, je citerai les noms de nos confrères Jiang Tianyong ; Ni Yulan ; Pu Zhiqiang ; Zhou Shifeng.

III. À CHACUNE DE SES INTERVENTIONS, L'OIAD NE MANQUE PAS DE RAPPELER AUX DIFFÉRENTS PAYS LES PRINCIPES DE BASE RELATIFS AU RÔLE DES BARREAUX, ADOPTÉS PAR LES NATIONS UNIES, À LA HAVANE EN 1990 ET NOTAMMENT LES ARTICLES 16 ET 18

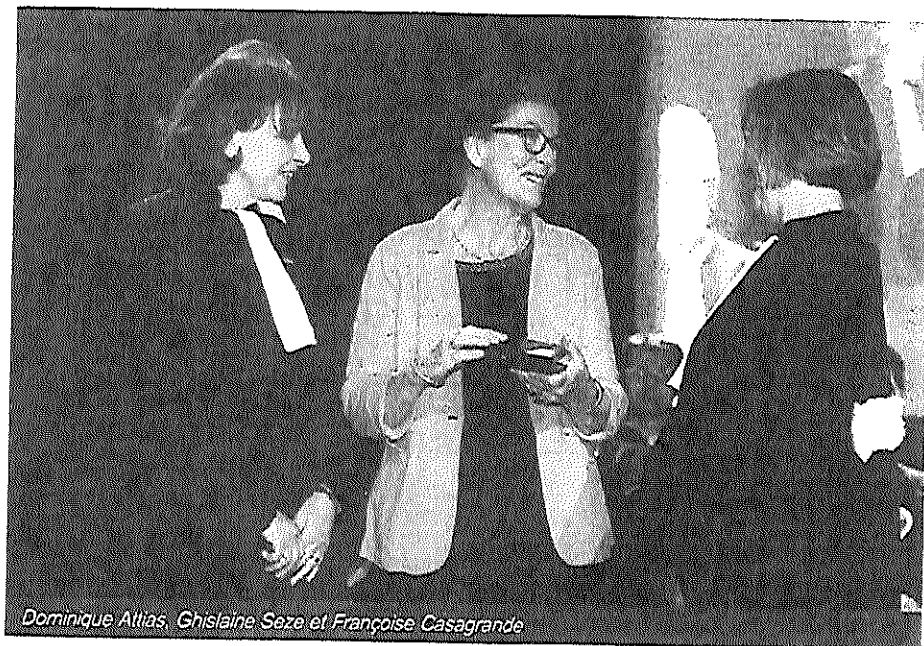
Qui stipule pour l'article 16 que « Les pouvoirs publics veillent à ce que les avocats a) puissent s'acquitter de toutes leurs fonctions professionnelles sans entrave, intimidation, harcèlement, ni ingérence indue; b) puissent voyager et consulter leurs clients librement, dans le pays comme à l'étranger; et c) ne fassent pas l'objet, ni ne soient menacés de poursuites ou de sanctions économiques ou autres pour toutes mesures prises conformément à leurs obligations.»

L'article 18 prévoit que lorsque la sécurité des avocats est menacée dans l'exercice de leurs fonctions, ils doivent être protégés, comme il convient, par les autorités du pays.

L'OIAD rappelle que les avocats ne doivent pas être assimilés à leurs clients ou à la cause de leurs clients du fait de l'exercice de leurs fonctions.

IV. LA SITUATION EN TURQUIE DES AVOCATS, DES MAGISTRATS ET DES JURISTES DANS LEUR ENSEMBLE EST PLUS QUE PRÉOCCUPANTE

Il existe une forme répression dirigée contre toutes les voix libres et indépendantes du pays. Depuis l'échec du coup d'État du 15 juillet 2016, le gouvernement turc mène une purge sans précédent au sein de l'appareil d'État, au sein du système judiciaire, universitaire et contre les journalistes. En quelques mois, plus de 50 000 personnes, parmi lesquelles de nombreux



Dominique Altias, Ghislaine Seze et Françoise Casagrande

magistrats, avocats, journalistes et universitaires, ont été victimes de mesures de représailles, plus de 1 100 avocats ont ainsi été arrêtés depuis l'été 2016, de manière arbitraire. Ce sont près de 135 000 personnes qui ont été suspendues ou démisées de leur fonction.

L'OIAD s'intéresse de très près au sort des avocats turcs et a dénoncé fermement l'arrestation à Izmir le 2 juin dernier, de 23 avocats. Parmi les 23 avocats arrêtés le 2 juin figure Taner Kiliç, président d'Amnesty International Turquie, figure de la défense des droits de l'homme dans son pays.

Une nouvelle vague d'arrestation a eu lieu lundi dernier. 31 procureurs et 31 avocats ont été arrêtés.

Jusqu'à présent, les arrestations étaient a priori basées sur des soupçons de liens entre ces avocats et le mouvement de Fethullah Gülen, qui est tenu responsable par le gouvernement de la tentative de coup d'État de juillet 2016, en assimilant l'avocat à la cause de son client.

Au cours de la semaine du 20 mars 2017, le ministère public turc a émis des mandats d'arrêt à l'encontre de plus de 80 avocats intervenant en défense de leurs clients accusés d'appartenir à ce mouvement.

D'après les informations dont dispose l'OIAD, ce sont donc 362 avocats qui sont à ce jour en détention en Turquie, chiffre qui semblerait dépassé aujourd'hui par la nouvelle vague d'arrestation du 19 juin, et qui atteindrait le nombre de 500 confrères et plus de 950 confrères qui font l'objet de poursuites judiciaires.

Ces arrestations concernent bien sûr de nombreux présidents et anciens présidents de barreaux de Turquie.

Le pouvoir turc s'efforce d'affaiblir durablement l'indépendance de la profession par des mesures législatives inquiétantes.

Par un décret exécutif adopté en novembre 2016, le gouvernement a ordonné la fermeture de 370 organisations de la société civile turque dont de nombreuses organisations majeures d'avocats, œuvrant dans le domaine des droits de l'homme.

Selon un autre décret d'octobre 2016, les conversations échangées entre un avocat et son client accusé de « terrorisme » sont désormais enregistrées, la présence d'un gardien est obligatoire lors de leurs entretiens, les documents écrits échangés entre eux sont visés par les autorités. Et, si le juge l'estime nécessaire, les visites de l'avocat pourront être supprimées pendant six mois.

Partout dans le monde, les avocats sont en danger comme vous pouvez le voir sur la planète de l'OIAD.

Il y a quelques semaines, Maître Na Laabidi, avocate tunisienne spécialisée dans la défense des droits de l'homme, a été condamnée à 6 mois d'emprisonnement suite à une plainte déposée à son encontre par Madame Leila Hammami, présidente du tribunal militaire permanent de première instance de Tunis, notre confrère ayant représenté plusieurs victimes de torture devant le tribunal militaire de Tunis dans le cadre de l'affaire remontant à 1991, dite Barraket Essahel.

À Bordeaux, la question des avocats en danger dans le monde a toujours été une véritable préoccupation.

En 1983, le bâtonnier Favreau, ardent et constant défenseur des avocats en danger dans le monde, crée l'Institut des Droits de l'Homme du barreau de Bordeaux, puis en 1984 le Prix Ludovic Trarieux, notre illustre prédécesseur, ancien bâtonnier de notre barreau, fondateur de la Ligue des droits

l'homme, garde des Sceaux et fervent artisan de la révision du procès Dreyfus.

Ce prix récompense des confrères de toute nationalité, qui ont illustré « *par leur œuvre, leur activité ou leurs souffrances, la défense du respect des droits de l'homme, des droits de la défense, la suprématie du droit, la lutte contre les racismes et l'intolérance, sous toutes les formes* ».

Le premier lauréat fut Nelson Mandela, alors emprisonné.

Ces dernières années, des avocats d'Arabie saoudite, Libye, Égypte, Kazakhstan ont été primés.

En 2016, le prix a été remis à l'avocat Wang Yu, qui défend le droit des femmes, des enfants et des minorités persécutées, alors emprisonnée. Quelques semaines plus tard, notre consœur aurait été libérée sous caution, mais annonçant le refus du prix qui lui avait été décerné...

Le prix Ludovic Trarieux a été décerné cette année à un confrère des Émirats arabes unis, Mohammed al-Roken, détenu depuis 2013 dans des conditions très difficiles, condamné à 10 ans de réclusion et interdit d'exercer la profession d'avocat, ancien président de l'Association des juristes des Émirats arabes unis, qui s'est consacré à la promotion et à la défense des

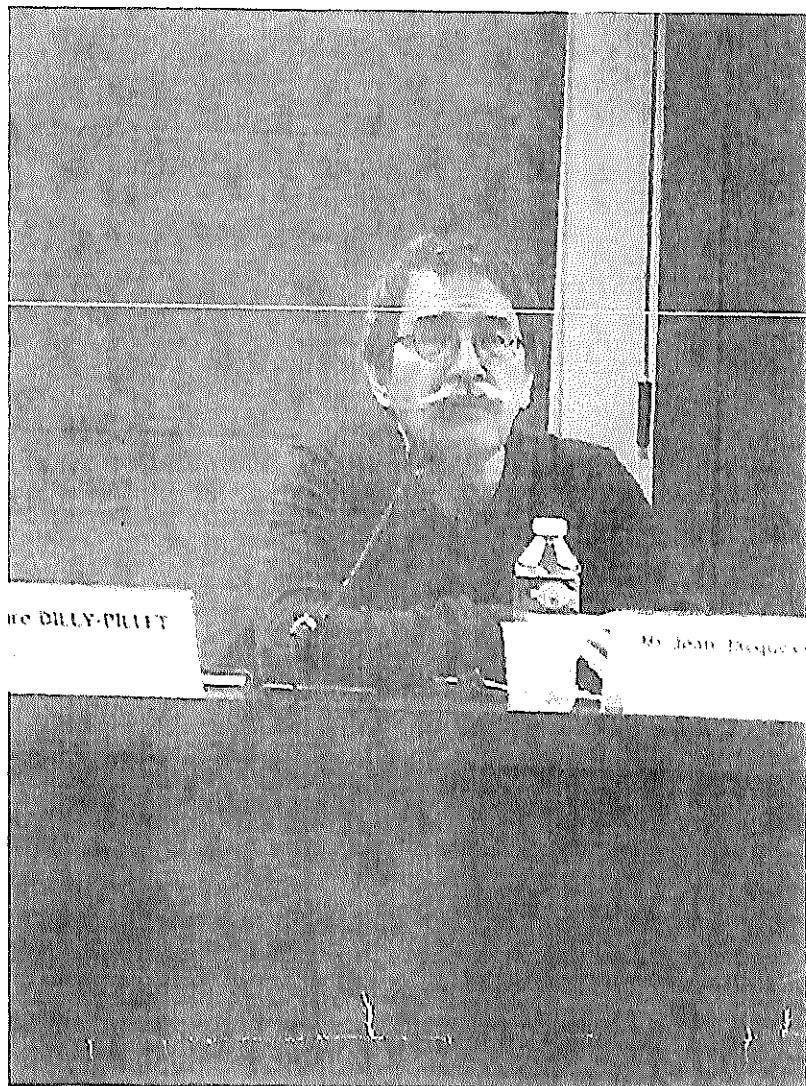
droits de l'homme et des libertés fondamentales, dans son pays.

Depuis plusieurs années, notre consœur Ghislaine Seze milite sans relâche pour les avocats en danger. Elle représente, entre autres, le barreau de Bordeaux lors de ces fréquents déplacements en Turquie ou au Cambodge pour assister nos confrères détenus lors de leur procès.

Aujourd'hui, nous allons demander à Ghislaine Seze de bien vouloir venir nous rejoindre sur l'estrade, afin de lui remettre la médaille du barreau de Bordeaux pour la remercier, de son engagement sans faille.

Van: Stuart Russell [jsrussell301254@gmail.com]
Verzonden: vrijdag 20 januari 2017 11:24
Aan: Kit Chan; Hans Gaasbeek; gill boehringer (hotmail); Stuart Russell
Onderwerp: Re: BLOG DAY MONTPELLIER

Jean Jacques Gandini , bon connaisseur de la situation des avocats chinois , appelle à signer une pétition internationale lancée ces temps-ci afin de remise aux ambassades.



2017-01-20 11:21 GMT+01:00 Stuart Russell <jsrussell301254@gmail.com>:
The Day has begun... in Montpellier! Will post on blog ASAP early this afternoon. Already circulated above on FB.

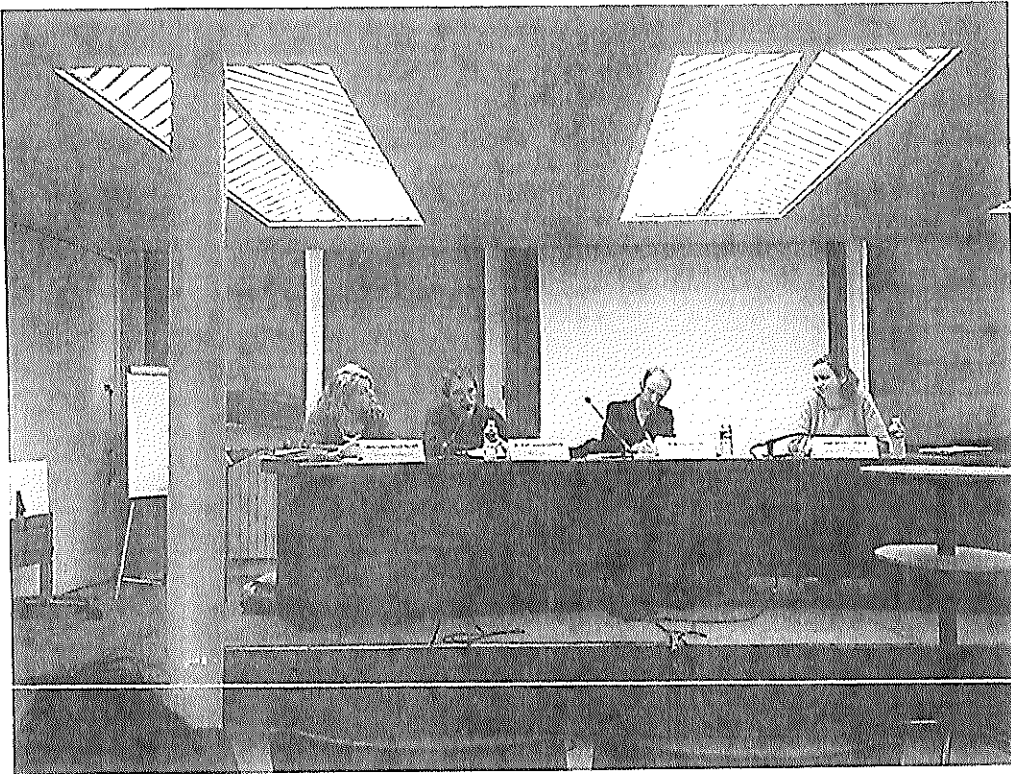
Stuart

----- Forwarded message -----

From: **Stuart Russell** <jsrussell301254@gmail.com>
Date: 2017-01-20 11:20 GMT+01:00
Subject: BLOG DAY MONTPELLIER
To: Stuart Russell <jsrussell301254@gmail.com>

JOURNEE DES AVOCATS MENACES] maison des avocats Montpellier : organisée comme chaque année par : le SAF , la LDH et l'IDH. Cette année focus sur la Chine . Première table ronde : Laure Dilly pour l'Ordre, Jean Jacques Gandini , Nicolas Gallon , Juliette Lenoir. Ne jamais baisser les bras !





--

Stuart Russell

Monitoring Committee on Attacks on Lawyers/Comité de surveillance des attaques contre les avocats
International Association of People's Lawyers (IAPL)

Blog: <https://defendlawyers.wordpress.com/>



--

Stuart Russell

Monitoring Committee on Attacks on Lawyers/Comité de surveillance des attaques contre les avocats
International Association of People's Lawyers (IAPL)

Blog: <https://defendlawyers.wordpress.com/>



--

Stuart Russell

Monitoring Committee on Attacks on Lawyers/Comité de surveillance des attaques contre les avocats
International Association of People's Lawyers (IAPL)

Blog: <https://defendlawyers.wordpress.com/>



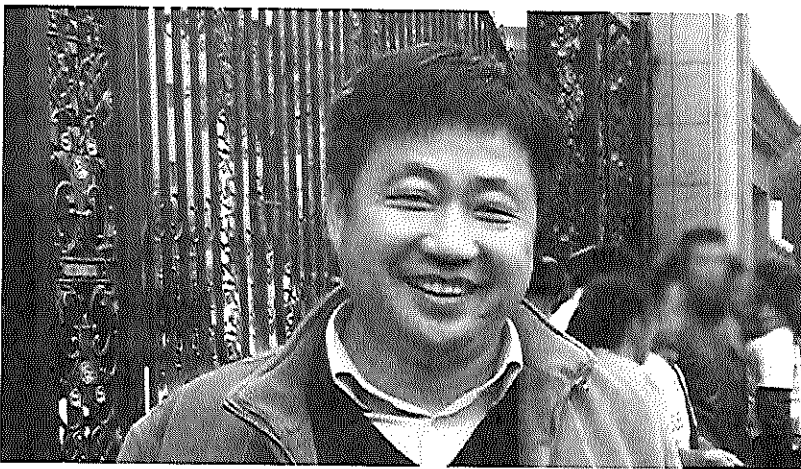


24 janvier, journée de l'avocat en danger. Tous en robe à 13 heures devant l'ambassade de Chine 11, avenue Georges V puis à 15 h 30 à la Maison du Barreau



AKTUELL | CHINA | 23. JANUAR 2017

FREIHEIT FÜR VERFOLGTE MENSCHENRECHTSANWÄLTE!



Der Menschenrechtsanwalt Xie Yang vor seiner Festnahme.

© privat

23. Januar 2017 - Die angestrebten Reformen des chinesischen Rechtssystems werden durch Sanktionen gegen Anwältinnen und Anwälte sowie bürokratische Auslegungen der Sicherheitsgesetze untergraben. Dies beschreibt Nicholas Bequelin, Regionaldirektor für Ostasien bei Amnesty International in Hongkong, in diesem Text.

Hat China Rechtsanwältinnen und -anwälte nötig? Eine berechtigte Frage. Seit Juli 2015 hat Amnesty International mehr als 240 Fälle dokumentiert, [in denen Rechtsanwältinnen und -anwälte und Menschenrechtsverteidigerinnen und Menschenrechtsverteidiger festgenommen](http://www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/1838240/chinese-police-detain-more-100-lawyers-and-activists) <<http://www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/1838240/chinese-police-detain-more-100-lawyers-and-activists>>, verhört, schikaniert oder verurteilt wurden. Damit geht China so hart gegen Personen in Rechtsberufen vor wie schon seit Jahrzehnten nicht mehr.

Viele dieser Personen befanden sich monatelang in geheimer Haft, da die Polizei unter der chinesischen Gesetzgebung befugt ist, Personen, denen Gefährdung der staatlichen Sicherheit vorgeworfen wird, an einem willkürlichen Ort außerhalb des offiziellen Haftsystems festzuhalten. Einige der Festgenommenen wurden gefoltert, und fast allen wurde der

ZUM THEMA

LÄNDER

> China

THEMEN

> Haftbedingungen

> Justiz

> Menschenrechtsverteidiger

Kontakt zu Rechtsbeiständen und Familienangehörigen verweigert. In manchen Fällen legten die Betroffenen bizarre öffentliche "Geständnisse" ab. Vier Menschen sind bereits verurteilt und zwei offiziell inhaftiert worden. Fünf Angeklagte warten noch auf ihr Gerichtsverfahren <http://www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/1997893/prominent-chinese-human-rights-advocates-go-trial>.

All dies passt nicht besonders gut zu der Beteuerung von Präsident Xi Jinping, das Rechtssystem in China energisch ausbauen zu wollen, um es zu einem Hauptinstrument der Regierungsführung zu machen.

Machtmissbrauch eindämmen

Bei seinem Amtsantritt machte der Präsident das gewagte Versprechen <http://www.scmp.com/week-asia/politics/article/2009570/why-xi-jinpings-bid-put-power-cage-must-go-very-top>, Machtmissbrauch eindämmen zu wollen, und zwar auf jeder Ebene des Staatsapparates <http://www.scmp.com/news/china/article/1298250/graft-amid-low-officials-worse-graft-party-elite-think-tank-says>. Er ließ diesen Worten Taten folgen, indem er seinem diskreditierten politischen Rivalen Bo Xilai ein nach chinesischen Verhältnissen relativ transparentes Verfahren ermöglichte, das berüchtigte System der "Umerziehung durch Arbeit" abschaffte und das Thema "Rechtsstaatlichkeit" zum Hauptthema für die vierte Plenarsitzung der Kommunistischen Partei im Jahr 2014 machte.

Seither wird in China ein ehrgeiziger Plan zur Bewältigung der Mängel im Justizsystem umgesetzt, so etwa Korruption, Machtmissbrauch, politische Einflussnahme, Fehlurteile, erzwungene "Geständnisse" und Folter.

Doch dem oben erwähnten Plan stehen mindestens zwei Hindernisse im Weg. Da wäre zunächst einmal die fehlende Einsicht der Behörden, dass auf dem Papier zugestandene Rechte nur dann wirklich etwas gelten, wenn im Fall einer Vorenthaltung oder Verletzung die Möglichkeit auf einen Rechtsbehelf besteht. Ohne wirksame Rechtsbehelfe sind auf Papier festgeschriebene Rechte bedeutungslos. Und zur Gewährleistung dieser Rechtsbehelfe braucht es Rechtsanwältinnen und Rechtsanwälte.

Unverzichtbare Rolle

Anwältinnen und Anwälte sind nicht immer besonders beliebt, und das ist in China nicht anders. Dort werden Anwältinnen und Anwälte oft als Geldverschwendung, als nutzlos und sogar als aufwieglend bezeichnet. Doch sie spielen in der Rechtspflege eine unverzichtbare Rolle, nicht zuletzt weil sie im Justizsystem die einzigen sind, die direkt dem Kläger beziehungsweise dem Angeklagten verpflichtet sind. Dies ist umso wichtiger, da in China die Unabhängigkeit der Justiz nicht anerkannt ist: Ohne Rechtsbeistände geht die Chance für Normalbürger, ihre Rechte gegenüber dem mächtigen Staatsapparat geltend zu machen, gegen Null.

Damit die rechtlichen Reformen von Xi Jinping Aussicht auf Erfolg haben, müssen Rechtsbeistände größere Freiheiten haben. Dies fängt mit der grundsätzlichen Freiheit an, eigene und unabhängige Berufsverbände zu gründen, anstatt unter der Fuchtel des Justizministeriums zu stehen. Erst

dann können sie selbstbestimmt auftreten und von der Regierung fordern, ihre eigenen Gesetze einzuhalten.

Das zweite Hindernis für den Reformplan des Präsidenten hat er selbst geschaffen: die rücksichtslose Ausweitung der Gesetze zur nationalen Sicherheit und deren Anwendung zum Schutz der politischen Macht der Partei. Präsident Xi Jinping mag damit wohl beabsichtigt haben, politische Herausforderungen zu vermeiden; doch diese Agenda hat für die Staatssicherheitsbehörden einen starken Anreiz geschaffen, von ihren neuen Befugnissen – einschließlich der Anordnung von Haft ohne Kontakt zur Außenwelt – Gebrauch zu machen und geringfügige Fälle sozialer Unzufriedenheit oder abweichende Meinungen als Verschwörungen gegen die nationale Sicherheit unter Beteiligung "feindlicher ausländischer Kräfte" darzustellen.

Angesehene Menschenrechtlerinnen und -rechtler

Und genau dies geschieht im Fall der Anwältinnen und Anwälte und Menschenrechtsverteidigerinnen und Menschenrechtsverteidiger, die ins Visier genommen werden: Angesehene chinesische Menschenrechtlerinnen und Menschenrechtler, die sich in politisch brisanten Fällen couragiert mit mächtigen Kräften wie der Polizei oder lokalen Machthabern anlegen, werden in den staatlichen Medien als zwielichtige Farbrevolutionsfanatiker dargestellt, die von ausländischen Mächten dafür bezahlt werden, in China Chaos zu verbreiten <http://www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/2056584/china-rights-website-founder-arrested-leaking-state>. Verständlicherweise schrecken daher viele Anwältinnen und Anwälte davon ab, politisch brisante Fälle anzunehmen.

Da sie in ihrem eigenen Land derart unterdrückt werden, benötigen chinesische Rechtsanwältinnen und Rechtsanwälte dringend internationale Solidarität und Unterstützung. Genau dies bietet die Initiative einiger großer internationaler Rechtsvereinigungen, die den 24. Januar als den "Tag der bedrohten Anwältinnen und Anwälte" <http://dayoftheendangeredlawyer.eu/> ausgerufen haben.

In diesem Jahr liegt der Schwerpunkt auf China <http://www.scmp.com/news/world/article/2053519/salman-rushdie-leads-world-human-rights-day-protest-chinese-writers> und es bleibt zu hoffen, dass diese Kampagne dazu beiträgt, Präsident Xi Jinping zu überzeugen, Anwältinnen und Anwälte bei der Verbesserung des chinesischen Rechtssystems als Verbündete und nicht als Feinde zu betrachten.

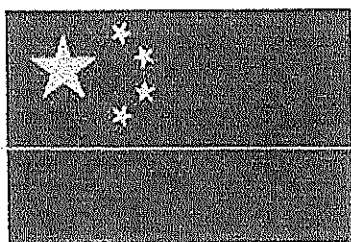
Werden Sie aktiv! Beteiligen Sie sich an unserer "Urgent Action" und fordern Sie die chinesische Regierung auf, den Aufenthaltsort des "verschwundenen" Menschenrechtsanwalts Jiang Tianyong bekanntzugeben.

Hier geht es zur "Urgent Action" - Jetzt mitmachen!
<http://www.amnesty.de/urgent-action/ua-272-2016-2/anwalt-droht-folter-haft>


CAMERA PENALE DI MILANO
GRAN DOMINIO DI PIEMONTE
Via Broletto, 1 - 20122 Milano - Tel. 02.5513561 - Fax 02.55185749
www.camerapenalemilano.it - info@camerapenalemilano.it


ORDINE DEGLI
AVVOCATI DI MILANO
Via Broletto, 1 - 20122 Milano - Tel. 02.5513561 - Fax 02.55185749
www.ordineavvocati.it - info@ordineavvocati.it

GIORNATA INTERNAZIONALE DELL'AVVOCATO MINACCIATO «LA TOGA BALUARDO DELLA LIBERTA'»



**24 gennaio 2017
dalle ore 14.30 alle 17.30
Sala Eligio Gualdoni**

Intervengono:

Remo Danovi, *Presidente dell'Ordine degli Avvocati di Milano*

Monica Barbara Gambirasio, *Presidente della Camera Penale Milano*

Nicola Canestrini, *Componente Osservatorio avvocati minacciati dell'Ucpi*

Pietro Traini, *Consigliere dell'Ordine degli Avvocati di Milano e Presidente delegato della commissione rapporti internazionali dell'Ordine degli Avvocati di Milano*

Mario Dusi, *Presidente delegato della commissione rapporti internazionali dell'Ordine degli Avvocati di Milano*

**E' previsto un incontro con il console cinese
L'evento è stato accreditato per n. 2 crediti formativi**

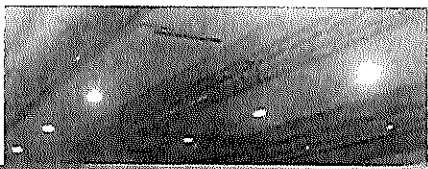
Via Broletto, 1 - 20122 Milano - Tel. 02.5513561 - Fax 02.55185749
www.camerapenalemilano.it - info@camerapenalemilano.it


<http://www.camerapenalemilano.it/it/949/news/giornata-internazionale-dell%E2%80%99avvocato-minacciato.html>

sft een foto van Avvocati minacciati /
rs gedeeld.

» agli amici della Camera penale di Como e di
s e l'interesse al convegno di oggi sugli avvocati

beek Richard Sédillot IDHAE



 **Stua**
Avvo
Lawy
17 uu

MILANO
Grazie a Pao
penale di Co
l'interesse al
minacciati!
Gill Boehring
IDHAE
Vertaling bek

Leuk

Stuart R

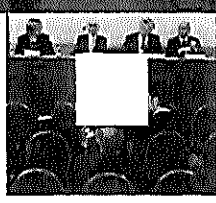
 **Schrijf**

Gesponsord



Luxe Nieuwbr
hollandpark.nl
Op 10 min var
voorzieningen

Giornata Avvocati in pericolo
Incontro della commissione Human Rights al CNF con
l'avvocato cinese TENG



YOUTUBE.COM

alwas?
www.sociald.com/BNKMC
Ga vanavond nog...




simyo
Ontdek meer voordelen
campaign.simyo.nl
Kies bij Simyo uit maar
lieft 60 bundels en bel
met het betrouwbare
netwerk van KPN.

Leuk Reageren Delen

Stuart Russell, Nicola Canestrini en 2 anderen

3 keer gedeeld

 **Stuart Russell**
<https://www.facebook.com/100009232554108Mdeos/1747443982240003/>



IAPL Monitoring Committee on Attacks on Lawyers

Defend the defenders of peoples' rights

Day of the Endangered Lawyer/China: 24 GENNAIO 2017 GIORNATA INTERNAZIONALE DEGLI AVVOCATI IN PERICOLO INCONTRO DIBATTITO PER DENUNCIARE LE PERSECUZIONI (Roma)

Sem categoria 21 de January de 2017 Leave a comment
21/01/17

In

24 GENNAIO 2017 ORE 14.00
SEDE EDL CONSIGLIO NAZIONALE FORENSE
ROMA VIA DEL GOVERNO VECCHIO N. 3

Programma:

Saluti: Avv. Andrea Mascherin (Presidente CNF), Avv. Mauro Vaglio (Presidente Ordine Avvocati Roma), Avv. Cesare Placanica (Presidente Camera Penale Roma).

Interventi: Avv. Francesco Caia (Coordinatore Commissione per i Diritti Umani CNF), Avv. Ezio Menzione (Responsabile progetto UCPI "Avvocati minacciati"), Avv. Barbara Spinelli (avvocato del Foro di Bologna nota per l'impegno per la difesa dei Diritti Umani che nei giorni scorsi si era recata come osservatrice ai processi in corso agli avvocati in Turchia ed è stata respinta al posto di frontiera di Istanbul e rimpatriata in Italia), Avv. Teng Biao (avvocato cinese e attivista contro la pena di morte per i Diritti Umani, arrestato in Cina più volte per il suo impegno e ora docente universitario a New York, fondatore della Open Constitution Iniziative OCI, una delle più importanti associazioni cinesi per la rivendicazione e la tutela dei Diritti Umani), intervistato in video conferenza da New York dalla redazione del "Il Dubbio".

Ogni attacco alla democrazia inizia neutralizzando gli avvocati e noi della Camera Penale di Roma siamo sempre in prima linea nella difesa dei Diritti Fondamentali. Nel 2013 siamo stati a fianco degli avvocati turchi perseguitati fino a qualche mese fa presenti nelle iniziative scaturite dagli ultimi episodi repressivi.

Questa volta il faro è puntato sulla Cina, dove solo dallo scorso luglio sono stati arrestati/interrogati/perseguitati ben 248 avvocati, colpevoli di avere difeso i diritti umani.

NOI, ANCHE QUESTA VOLTA, SAREMO PRESENTI.

Vi aspettiamo numerosi all'incontro con il CNF!

(Camera Penale Roma (<https://www.facebook.com/camerapenale.roma/?fref=nf>) Facebook)

IAPL Monitoring Committee on Attacks on Lawyers

Defend the defenders of peoples' rights

Day of the Endangered Lawyer/China: Venezia

Sem categoria
23/01/17

23 de January de 2017

Leave a comment



E' una data storica quella del 24 gennaio 1977, poichè è l'anniversario della strage costata la vita a 5 avvocati spagnoli e ricordata con il nome: "Matanza de Atocha" e si celebra tutti gli anni nel mondo. Venezia in prima fila martedì, assieme ad altre 30 città nel mondo che aderiscono all'iniziativa. Il consiglio dell'Ordine degli Avvocati, assieme alla Camera Penale Veneziana, in collaborazione col Progetto Avvocati Minacciati dell'Unione delle Camere Penali Italiane e con **Amnesty International Italia**, hanno promosso: "Day of the endangered lawyer – Giornata dell'avvocato minacciato".

La celebrazione è stata presentata lunedì mattina nella sede del consiglio dell'ordine dall'avvocato Paolo Maria Chersevani, presidente del consiglio dell'Ordine degli Avvocati, dall'avvocato Giorgio Bortolotto, vicepresidente della Camera Penale di Venezia e dall'avvocato Tiziana Ceschin e avvocato Federico Cappelletti, membri della Commissione diritti umani del consiglio dell'Ordine degli Avvocati di Venezia.

...

<http://www.veneziatoday.it/cronaca/giornata-avvocati-minacciati-24-gennaio-veneziah-legali-ordine->



[Home](#) | [Chi Siamo](#) | [Comunicati](#) | [Iniziative](#) | [Contributi](#) | [Statuto](#) | [Scheda iscrizione](#) | [Sostlenici](#) | [Contatti](#)

GIORNATA DELL'AVVOCATO MINACCIATO 2017

Ogni anno si tiene La Giornata dell'Avvocato Minacciato, che quest'anno è dedicata alle avvocate e agli avvocati cinesi, minacciati e, in molti casi, intimiditi e perseguitati a causa dell'impegno profuso nella difesa delle classi più povere, dei diritti umani, civili e politici.

In assenza di un potere giudiziario indipendente, i 300.000 avvocati cinesi sono sottoposti a uno stretto controllo sul loro lavoro da parte delle autorità statali. Quelli che trattano casi riguardanti i diritti umani e che non accettano di seguire le indicazioni governative sono colpiti dalla repressione sia legale che extra legale.

Tra il 2015 e il 2016 centinaia di avvocati cinesi sono stati sottoposti ad indagini e interrogati; molti di loro sono stati arrestati e condannati con l'accusa di aver tentato di sovvertire il potere statale. In particolare nell'estate del 2015 vi è stato un inasprimento senza precedenti delle misure repressive, che ha colpito circa 300 avvocati e attivisti dei diritti umani, che sono stati arrestati, interrogati e privati del diritto di espatrio.

Tra gli avvocati arrestati e perseguitati molti sono stati trattenuti in segreto e senza possibilità di scegliere un difensore di fiducia e alcuni sono stati torturati; per tutti l'accusa di sovvertimento del potere statale che ha già portato a diverse condanne ad anni di carcere.

Gli avvocati manifestano in questa giornata per ricordare il massacro di Atocha in Spagna nel 1977 (nel quale furono uccisi quattro avvocati) ed esprimono la loro protesta davanti alle ambasciate e ai consolati cinesi in decine di città in tutto il mondo, vestendo la toga, simbolo e baluardo di libertà per chiedere:

- la liberazione di tutti gli avvocati arrestati;
- il pieno rispetto dei diritti fondamentali degli avvocati, la libertà di scelta del difensore, la cessazione di ogni forma di tortura e di trattamento inumano;
- la fine di ogni attacco e intimidazione nei confronti delle famiglie e dei colleghi degli avvocati inquisiti;
- lo sviluppo dell'indipendenza del potere giudiziario;
- l'introduzione di riforme in linea con gli standard e i principi della protezione dei diritti umani;
- il rafforzamento del ruolo degli avvocati per difendere l'applicazione della legge.

Facciamo appello alla comunità internazionale per continuare l'opera di pressione sulla Cina perché il sistema giudiziario venga riformato e ribadiamo il nostro impegno e il nostro sostegno a fianco delle avvocate e degli avvocati cinesi nella loro lotta per una effettiva applicazione dei diritti.

Milano, 24/1/2017

Camera Penale di Milano - <http://www.camerapenalemilano.it/>

Legal Team Italia - <http://www.legalteamitalia.it>

© www.legalteamitalia.it 2017 - Designed by Pickjoomla.com

[Back to Top](#)

LAWYERS FOR LAWYERS

CHINESE ADVOCATEN WORDEN GECONTROLEERD EN BEDREIGD

DOOR / TATIANA SCHELTEMA

Chinese advocaten zijn verplicht binnen hun kantoor een 'orgaan' van de Communistische Partij aan te stellen om een partijvriendelijke koers te bewaken. Advocaten als Jiang Tianyong, die mensenrechtenschendingen aanklaarten, kunnen zomaar maandenlang 'verdwijnen'. Op de Dag van de Bedreigde Advocaat 2017 werd aandacht gevraagd voor hun situatie.

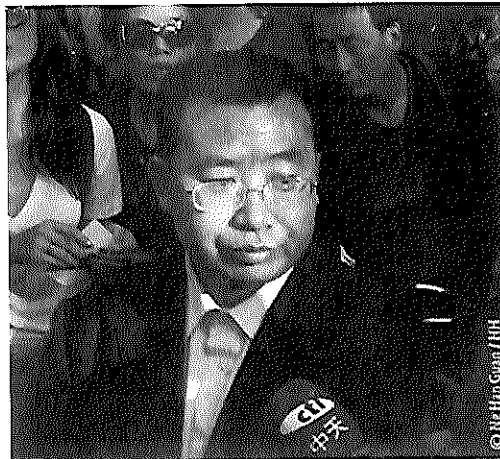
Op 20 december plaatste de jeugdafdeling van de Chinese Communistische Partij een curieus filmpje op haar Weibo-account, de Chinese variant van Twitter. 'Het identiteitsregistratiesysteem is een belangrijk instrument voor de openbare veiligheid in de moderne maatschappij,' zegt een hitserige vrouwenstem, begeleid door een vrolijk stockmuziekje. 'Stelt u zich voor dat naast u in de trein iemand zit die valselijk iemand anders' identiteit heeft aangenomen om per trein te kunnen reizen. Als u merkt dat deze persoon zeven telefoons en elf simkaarten bij zich heeft, zou u niet bang zijn? En als u erachter komt dat deze man nauwe contacten onderhoudt met een kwaadaardige religieuze organisatie, zou u dan niet willen dat oom agent ingreep?' Die engerd is de bekende mensenrechtenactivist Jiang Tianyong, advocaat van (onder andere) de verboden boeddhistische beweging Falun Gong. Op 21 november stapte hij in de trein van Changsha naar Beijing. Sindsdien is hij van de aardbodem verdwenen. In 2011 'verdween' hij ook al eens voor twee maanden en werd ernstig gemarteld. In 2012 werd Jiang door veiligheidsbeambten in elkaar geslagen, in 2014 zat hij ruim twee weken in hechtenis. Aan zijn confrontaties met het gezag hield hij acht gebroken ribben en een gescheurd trommelvlies over.

'Sinds het aantreden van Xi Jinping (in november 2012, *red.*) is de Communistische Partij (CCP) vooral bezig met het consolideren van macht en het legitimeren van gezag,' zegt advocaat Kit Chan van de China Human Rights Lawyers Concern Group (CHRLCG), via Skype vanuit Hongkong. 'Bedenk dat de oprichters aan de macht kwamen door een oorlog - zij verkregen legitimiteit door hun heldendom. Voor de huidige machthebbers, zonen en kleinzonen van de oprichters, geldt dat niet en vormt

de steeds sterkere *civil society* een enorme bedreiging. Ze zijn doodsbenuwd voor een "kleurenrevolutie" zoals in de voormalige oostbloklanden.'

Daarom probeert Xi de marxistische leer, overgoten

met een nationalistisch sausje, nieuw leven in te blazen, denkt Chan. 'De theorie is vastgelegd in een artikel uit 2012 dat vlak voor zijn aantreden verscheen. Men gaat ervan uit dat "buitenlandse machten" veranderingen van onderop proberen te bewerkstelligen. Er werden vijf groepen benoemd die zo de "eenheid van de staat" zouden bedreigen: mensenrechtenadvocaten, ondergrondse kerken, dissidenten, online activisten en achtergestelden. Dat advocaten zo'n belangrijk doelwit zijn,



is omdat zij beschikken over een belangrijk instrument - kennis van de wet - om de regering uit te dagen.' Afgelopen november werden door het ministerie van Justitie nieuwe 'administratieve maatregelen voor advocatenkantoren' uitgevaardigd. 'In het verleden bemoeide de partij zich ook al met het beleid van kantoren, maar nu is het officieel,' zegt Chan. De nieuwe regels verplichten kantoren ertoe het gezag van de CCP te steunen, om een 'orgaan' van de CCP te installeren dat het kantoorbeleid bewaakt en het is advocaten verboden om zich publiekelijk te verzetten tegen de autoriteiten, bijvoorbeeld door te proberen invloed uit te oefenen op de publieke opinie. Kantoren die niet meewerken, kunnen een vergunning wel vergeten.

Jiang Tianyong raakte zijn vergunning in 2009 al kwijt. 'Hij is eerder beschuldigd van "oproepen tot ondermijning van het staatsgezag", dus we vermoeden wel waar dit heen gaat,' zegt Chan. 'Volgens de wet krijgt iedere arrestant een advocaat te spreken, maar de opsporingsbeambte moet daar toestemming voor geven. In zaken waar "de nationale veiligheid" speelt kan hij dat weigeren.'



WANG YU, ADVOCATE
REPRESENTS ENDANGERED CLIENTS
IN CHINA AND OTHER COUNTRIES
WHERE THE GOVERNMENT
OPPOSES HUMAN RIGHTS
ADVOCACY. SHE IS CURRENTLY
UNDER HOUSE ARREST IN
CHINA.



"I won't acknowledge,
won't recognize,
won't accept it."

WANG YU
Ludovic Trépoigt International
Human Rights Prize 2016



De mensenrechtenadvocate Wang Yu is verbonden aan het vaak bedreigde advocatenkantoor Fengrui. Zij verkeert in een situatie die exemplarisch is voor de golf van repressie in China, de zogenaamde "709" crackdown. De vele media die de Chinese overheid steunen, noemen het advocatenkantoor Fengrui een criminele bende.

Sinds Wang Yu er voor koos als advocaat te vechten in zaken betreffende de rechten van gehandicapten en in zaken betreffende religieuze en persoonlijke vrijheid, is zij heel vaak door de overheid aangepakt, juridisch én fysiek.

Nadat zij zelf door de spoorwegpolitie ernstig was mishandeld, diende zij een officiële klacht in, die haar zelf als een boemerang trof. Zij werd door de spoorwegrechtbank tot tweeënehalf jaar gevangenisstraf veroordeeld. Ook werd zij voor twee jaar als advocaat geschorst. Ze verbleef die hele periode in detentie, tot de spoorwegrechtbank bepaalde dat haar zaak opnieuw bij de rechtbank behandeld zou moeten worden. Pas op dat moment kreeg zij haar vrijheid terug.

Wang Yu verdedigde de zaak van de Oeigoer Ilham Tothi die wegens separatisme een levenslange gevangenisstraf kreeg. Zij verdedigde ook de mensenrechtenadvocate Cao Shunli die werd beschuldigd van het veroorzaken van oproer. Cao Shunli werd in 2015 dood gevonden in een militair hospitaal, met veel tekenen op haar lichaam van een zeer slechte behandeling gedurende haar detentie.

Op 22 april 2015 had Wang Yu nog Falun Gong-leden verdedigd in Shenyang in de provincie Liaoning.

Op 9 juli 2015 wordt bij Wang Yu op haar privé adres elektra en internet afgesloten. Haar voordeur wordt geforceerd en zij wordt meegenomen naar het politiebureau.

Na deze arrestatie begrepen familieleden en bekenden van Wang Yu pas na 10 dagen dat ze weer eens gearresteerd moest zijn, omdat op de TV videobeelden verschenen. Videobeelden van een pleidooi in de rechtbank van Shenyang waarin Wang Yu een hardhandig politieoptreden bekritiseerde.

Nadat Wang Yu was verdwenen, werd vrijwel het hele advocatenkantoor Fengrui met alle medewerkers opgepakt.

Zoals alle advocaten van 709-zaken werd Wang Yu voor langere tijd incommunicado gedetineerd gehouden op een onbekende plaats, zonder toegang tot haar advocaat.

Na haar arrestatie werden ook haar man en zoon ernstig geïntimideerd door de overheid. Dat is helaas heel gebruikelijk in China bij vervolgte advocaten. Haar zoon van 16 is minstens vier keer verhoord, zijn paspoort is afgenomen en hij is verplicht om voortaan bij zijn grootouders te wonen.

Nadat Wang Yu in de 709-zaak in staat van beschuldiging werd gesteld, op 8 juni 2016, werd zij pas zeven maanden na haar aanhouding, op 1 augustus 2016, in vrijheid gesteld.

Tot ieders verbijstering was Wang Yu overal op de televisie te zien in een kort - op video opgenomen - interview waarin zij haar spijt betuigde voor haar werk als mensenrechtenadvocaat.

Daarbij heeft zij verklaard dat zij de Ludovic Trarieux-prijs, die aan haar was toegekend op 4 juni 2016 door de jury van de internationale advocatenorganisatie IDHAE, waarin ook de balie van Amsterdam zetelt, weigerde. Een uniek voorval. Ze heeft gezegd dat zij deze gerenommeerde mensenrechtenprijs, die onder andere in het verleden aan Nelson Mandela is toegekend, wilde weigeren. Zulks omdat zij "de prijs niet erkent, niet akkoord is met de uitreiking en hem niet kan accepteren".

Veel gerenommeerde mensenrechtenadvocaten kregen deze prijs. Hij werd nimmer geweigerd.

Wij gaan ervan uit dat alle detenties van deze moedige advocate, de intimidatie van haar zoon en haar man en al haar mishandelingen - en de onopgehelderde dood van haar cliënte en collega Cao Shunli - hun tol geëist hebben.

Als Wang Yu inderdaad door het systeem zo beschadigd is, vinden wij dat niet acceptabel. Daarom gaan wij Wang Yu eren door deze prachtige straatnaam in deze bijna paradijselijke omgeving vlakbij ons Catshuis te herdopen in de Wang Yu Laan.





Advocaat Yu Wenscheng © AFP

Deze advocaat kwam in de gevangenis terecht voor het maken van een selfie

Advocaten worden in China willekeurig opgepakt

Het is vandaag de Dag van de Bedreigde Advocaat, een beroep dat het niet overal in de wereld even makkelijk heeft. In China bijvoorbeeld, waar de overheid willekeurig mensen oppakt onder het mom een 'bedreiging voor de staatsveiligheid' te zijn. Yu Wenscheng kwam in de gevangenis terecht voor het maken van een selfie. Hij is tegenwoordig fel strijder voor de mensenrechten in China. 'In die gevangenis ben ik herboren als strijdbaar mens.'

Door: Marije Vlaskamp 24 januari 2017, 11:00

-
-
-
-
-
-

<http://s.vk.nl/s>

Na elke marteling controleerden zijn ondervragers Yu Wenschengs bloeddruk. Ze speurden naar signalen dat de 55-jarige advocaat onder de druk bezweek, ze wilden weten wat werkte. Met tien man in zijn gezicht schreeuwen, slaan, of doodsb bedreigingen: Yu's bloeddruk bleef steeds hetzelfde. 'Ik was zo bang dat ik de angst voorbij was. Het kon me niets meer schelen.'

Negenenennegentig dagen bracht hij in de hel van een Pekings detentiecentrum door. Yu werd eind 2014 opgepakt tijdens een bezoek aan een cliënt, die vast zat wegens steunbetuigingen aan de demonstranten in Hongkong. Daar gingen mensen de straat op voor meer democratie. Yu kreeg geen toegang tot zijn client. Opstandig maakte hij een selfie bij het politiebureau. Terwijl hij het online zette werd hij gearresteerd.

Ik keek vanaf de zijlijn hoe anderen die strijd voerden

Yu Wenscheng

Zijn ondervragers hoorden hem uit over kritische advocaten en activisten. Daar wist hij weinig van, want Yu was geen insider in het mensenrechtenkringetje. 'Ik keek vanaf de zijlijn toe hoe anderen die strijd voerden. Ik gaf de voorkeur aan een kalm leventje zonder confrontaties.'

De politie ketende hem vast aan een stoel om zijn gewrichten op te rekken, sloot hem zestig dagen op in het cellenblok voor ter doodveroordeelden, maar daarmee had Yu nog steeds niets te melden over zijn collega's. 'Wat ik niet weet kan ik ook niet vertellen. Ik had zo'n pijn dat ik na twintig minuten alles ondertekende over mijn eigen activiteiten en denkbeelden. Het was een goede leerschool.' Want vroeg of laat gebeurt het weer, voorspelt hij.

Regelmatig zoekt de overheid hem op. Er wordt op hem ingepraat gevoelige zaken te mijden, of hij krijgt het advies China te verlaten. 'Het rare is dat ik niet meer bang voor ze ben. In die gevangenis ben ik herboren als strijdbaar mens.'

Ik schaam me een beetje, omdat ik relatief ongeschonden uit de gevangenis vrijkwam

Yu Wenscheng

Toen in de zomer van 2015 driehonderd advocaten en activisten werden opgepakt ontsprong Yu de dans. Waarom weet hij niet, hij was aan het herstellen van zijn gevangenschap. Deze crackdown wordt 709 genoemd, naar de datum waarop de eerste advocaten verdwenen. Achteraf denkt Yu dat zijn ondervragers al op zoek waren naar belastend materiaal voor die landelijke en goed gecoördineerde arrestatiegolf van zomer 2015. 'Ik schaam me een beetje, omdat ik relatief ongeschonden uit de gevangenis vrijkwam. Ik heb zelfs mijn advocatenvergunning teruggekregen en kan weer werken, terwijl mijn collega's volkomen in de vernieling liggen of nog vastzitten.'

Harder dan tevoren

Vandaag staat de Dag van de Bedreigde Advocaat, een internationaal initiatief van advocatenorganisaties, in het teken van de grimmige vervolging van de Chinese advocatuur. Die heeft het nooit gemakkelijk gehad, maar tegen de verdrukking in slaagde de beroepsgroep er tot 2012 in steeds meer ruimte te veroveren. Idealistische rechtenstudenten werden advocaat, mensenrechtenadvocaat was een geuzennaam en Chinese media berichtten over praktische misstanden die rechtenadvocaten agendeerden - mits het politieke systeem of de partij niet werd aangevallen kon er soms aandacht aan hun werk worden besteed.

De huidige aanpak vertoont een hardheid die tientallen jaren niet is vertoond. 709 richtte zich op elke advocaat of activist die meedoet aan de chatgroep Mensenrechtenadvocaten op

Wechat, een Chinese variant op Whatsapp. Ook nieuw is de strafmaat. Gold voorheen een veroordeling wegens subversie als schokkend, nu veroordelen rechtbanken advocaten routineus tot jarenlange celstraffen wegens ondermijning van de staatsveiligheid.

Lees verder onder de foto.



Facebook-poster die oproept om gearresteerde Chinese mensenrechtenadvocaten vrij te laten.
 © China Human Rights Lawyers Concern Group via Facebook

'Deze tactiek wordt ook ingezet tegen gewone mensen. Ik heb een groep cliënten die protesteert tegen illegale sloop van hun woning. Zij zijn vastgezet als bedreiging voor de nationale veiligheid,' zegt Yu. Waar vroeger beschuldigingen als 'het belemmeren van het verkeer' werden gebruikt om protesten te smoren, evolueerde dat onder de huidige partijleiding tot 'uitlokken van ruzie', dat alweer is vervangen door het loodzware 'bedreigen

van de staatsveiligheid' of 'omverwerpen van de staat'. Deze beschuldigingen geven politie en justitie zeer ruime bevoegdheden, zoals lange perioden in voorarrest en beperking of ontzegging van rechtsbijstand.

Neem advocaat Xie Yang: hij is zes maanden lang ondervraagd in 'residentiële detentie'. In kamer 706 in een hotel voor kaderleden werd hij door in totaal veertig politiemannen gefolterd en ondervraagd. Vorige week mocht Xie voor het eerst zijn eigen raadsman zien. Het verslag van dat gesprek dat online circuleert, is bloedstollend. Nog dertien advocaten wachten op hun proces. Anderen zijn vrijgelaten, maar blijven opgeborgen onder huisarrest. Of ze zijn gesloopt: Yu's vrouw is net bij de Pekingse advocaat Li Chunfu langs geweest. Die kwam vorige week na 500 dagen detentie totaal verward thuis. Schizofrenie, aldus de artsen.

'We hebben je vriendenkring opgeschoond'

In dit paranoïde klimaat is politieke afzijdigheid al verdacht

Voor de staat is dit collateral damage in een noodzakelijke strijd tegen 'vijandelijke krachten' die de communistische partij onderuit proberen te halen en een vijandige ideologie - een westers, democratische systeem - aan de macht willen helpen. In dit paranoïde klimaat is politieke afzijdigheid al verdacht. Vandaar dat advocaten voor hun verplichte lidmaatschap van de advocatenvereniging en hun werkvergunning gedragscodes moeten tekenen, waarin ze trouw zweren aan partij en socialisme.

'Ik hield me altijd angstvallig stil over mijn politieke denkbeelden, want ik dacht dat ik dan veilig was. Ik deed naast mijn commerciële klanten enkele mensenrechtzaken. Pro deo, omdat mensen in nood hulp nodig hebben. Geen haar op mijn hoofd dacht aan omverwerping van de partij,' zegt Yu. 'Na mijn detentie durft niemand me in te huren. Je kunt beter van moord worden beschuldigd dan dat stigma van politiek verdachte figuur te dragen. Mijn familie, vrienden, zakenrelaties, zelfs mijn klasgenoten van de lagere school: mijn hele sociale netwerk is ondervraagd. We hebben je vriendenkring opgeschoond, zei de politie.'

Over bleven zijn geestverwanten uit het mensenrechtenwerk: ze werden zijn opdrachtgevers en vrienden. Yu is geradicaliseerd en hij is er trots op, zegt hij met vlamme ogen. 'Toen de ene na de andere collega verdween, bleef ik over als woordvoerder. Zij hebben voor mij gevochten toen ik vastzat, en nu doe ik hetzelfde. Ineens zit ik midden in de kring waar ik vroeger zo tegenop keek.'

Advocaat Xie Yang over het dagelijks leven in kamer 207, waar hij zes maanden in 'residentiële detentie' zat.

Hij kreeg maximaal twee uur slaap per nacht, slecht eten en weinig water en werd vrijwel doorlopend gemarteld en ondervraagd.

Uit het verslag van gesprekken met zijn raadsman:

'Ze zetten water voor mijn neus neer, maar als ik toestemming om te drinken vroeg, mocht dat niet. Ik had zo'n dorst dat ik toch dat flesje water aan mijn mond zette. Toen sloegen ze me in elkaar, ze zeiden dat ik een politiemann had proberen aan te vallen.'

'Een trage marteling is de wiebelende stoel. Ze dwongen me te zitten op een paar

opgestapelde krukjes zonder rugleuning. Daar moest ik vierentwintig uur lang op stilzitten, zonder dat ik met mijn voeten bij de grond kon. (...) Ik moest mijn rug recht houden en mijn handen op mijn knieën plaatsen.'

'Ik kreeg drie opties ter verklaring van mijn activiteiten als mensenrechtenadvocaat. Ik deed het voor de roem. Of voor het geld. Of om de Communistische Partij en het politieke systeem omver te werpen. Het enige wat ik kon doen was dat opschrijven en ondertekenen.'

'Mijn grootste angst was dat ik daar dood zou gaan, zonder dat mijn vrouw en kinderen wisten waar ik was. Ik schreeuwde uit het raam naar voorbijgangers. Mijn naam, de naam van mijn vrouw, haar telefoonnummer, waar ze werkte. In de hoop dat iemand contact met haar zou opnemen.'

Dit is een artikel van Volkskrant Plus. Volkskrant Plus artikelen zijn exclusief voor abonnees.

Chinese advocaten gemarteld, geïsoleerd en bijna vergeten

© GISTEREN, 15:08 BUITENLAND (/NIEUWS/BUITENLAND/)



Protest in Hongkong (oktober 2015) tegen de arrestatie van honderden mensenrechtenadvocaten in China
EPA

Het staat bekend als de *7-09-crackdown*: een arrestatiegolf in China op 9 juli 2015. Toen werden bijna 250 mensenrechtenadvocaten opgepakt of onder huisarrest geplaatst. Anderhalf jaar later horen we er weinig meer over, maar de advocaten zitten nog steeds vast.

In een brandbrief (<https://www.theguardian.com/world/2017/jan/23/china-must-respect-lawyers-human-rights>) aan Westerse media heeft de stichting *Lawyers for Lawyers* aandacht gevraagd voor de kwestie - op de Dag van de Bedreigde Advocaat. Met veel van de opgepakte raadslieden gaat het niet goed, weet correspondent Marieke de Vries. "Sommigen hebben nog geen advocaat gezien en weten ook niet of, en wanneer ze voor de rechter komen. Ze zijn afgesneden van de buitenwereld."

24 januari 2017

Chinese advocaten gemarteld, geïsoleerd en bijna vergeten

by

Nieuws overzicht (<http://spanjevandaag.nl/category/hoofdpagina/>) | No Comments



Het
staat

(<http://feeds.nrc.nl/~r/nrcnieuwsbuitenland/~3/ey-2jR13aC068/1134661>)
bekend als de 7-09-crackdown: een arrestatiegolf in China op 9 juli 2015. Toen werden bijna 250 mensenrechtenadvocaten opgepakt of onder huisarrest geplaatst. Anderhalf jaar later horen we er weinig meer over, maar de advocaten zitten nog steeds vast.

In een brandbrief aan Westerse media heeft de stichting Lawyers for Lawyers aandacht gevraagd voor de kwestie – op de Dag van de Bedreigde Advocaat. Met veel van de opgepakte raadslieden gaat het niet goed, weet correspondent Marieke de Vries. “Sommigen hebben nog geen advocaat gezien en weten ook niet of, en wanneer ze voor de rechter komen. Ze zijn afgesneden van de buitenwereld.”

Sommige mensenrechtenadvocaten kent De Vries persoonlijk. In 2014 had ze een interview met Li Heping, die toen zei dat hij weinig vertrouwen heeft in de Chinese rechtstaat. “Van hem weten we dat hij is gemarteld met elektrische schokken totdat hij flauwviel. Anderen worden ook gemarteld. Ze worden geslagen, ze moeten uren staan of gehurkt zitten.”

<http://spanjevandaag.nl/chinese-advocaten-gemarteld-geisoleerd-en-bijna-vergeten/> 26-1-2017

Chinese advocaten gemarteld, geïsoleerd en bijna vergeten | Spanje Vandaag | De ... pagina 2 van 3

Ook familieleden en medewerkers van de advocaten hebben last van de repressie. “Ze worden gemonitord en geïntimideerd. Vandaar dat andere advocaten nu een brandbrief hebben gestuurd om weer aandacht te vragen voor deze zaak, die toch wel een beetje vergeten wordt.”

Zo'n twee jaar later meer... (<http://feeds.nrc.nl/~r/nrcnieuwsbuitenland/~3/ey-2jR13aC068/1134661>)

Bron: <http://feeds.nrc.nl/~r/nrcnieuwsbuitenland/~3/ey-2jR13aC068/1134661>
(<http://feeds.nrc.nl/~r/nrcnieuwsbuitenland/~3/ey-2jR13aC068/1134661>)

Uitsluitend voor

Comments for this post are now closed.

Alle berichten

Hans Gaasbeek

Van: Dick Gaasbeek op Facebook [update+kjdmijj55p_@facebookmail.com]
Verzonden: dinsdag 24 januari 2017 16:06
Aan: Hans Gaasbeek
Onderwerp: Dick Gaasbeek heeft gereageerd op een link waarin jij bent getagd.



Dick Gaasbeek heeft gereageerd op een link waarin jij bent getagd.

**Dick Gaasbeek**

24 januari om 16:05

Streetname near Chinese embassy modified



Vind ik leuk



Reageren

[Op Facebook bekijken](#)

Beantwoord deze e-mail als je op deze reactie wilt reageren.

Dit bericht is verstuurd naar hgaasbeek@gaasbeekengaasbeek.nl. Als je dergelijke e-mails in de toekomst niet meer van Facebook wilt ontvangen, kun je je afmelden.

Facebook, Inc., Attention: Community Support, 1 Hacker Way, Menlo Park, CA 94025



National Union of Peoples' Lawyers

3F Erythrina Bldg., Maaralin Cor. Matatag Sts..
Central District, Quezon City, Philippines
Tel. No: +632-9206660 E-mail Add: nupl2007@gmail.com

24 January 2017
Press Statement

PH Lawyers to China and Egypt: Stop the Persecution of Lawyers and Human Rights Defenders! Don't Circumvent the Law to Perpetuate Human and Political Rights Violations!

On the occasion of the 7th year commemoration of the Day of Endangered Lawyers on 2 January 2017, the National Union of Peoples' Lawyers (NUPL) in the Philippines joins the international community in the calls for justice and accountability for the state-sponsored violence, harassment and persecution committed against lawyers and human rights defenders worldwide.

For 2017, the Day of Endangered Lawyers highlights the predicament of lawyers and human rights defenders in China and Egypt. It invites the international community to resonate the appeal to the government of the People's Republic of China and Egypt to stop the harassment of lawyers and rights defenders critical of the policies of the State.

Reports reveal that State measures and some amendments to existing laws enacted recently curtailed the exercise of the legal profession in China to the detriment of the protection of civil and political rights of the Chinese people. Rights lawyers have either been monitored, harassed, persecuted, tortured or detained for taking up cases with political overtones and standing for the interests of the oppressed and critical of the government. As of October 2016, six (6) lawyers remain in detention awaiting their trial and three (3) lawyers are serving their sentences for exercising their political and civil rights.

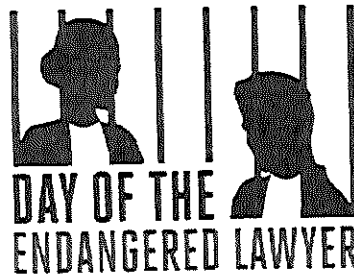
A similar situation of persecution, threats, trumped-up charges, arbitrary detention, torture and State restrictions on the exercise of certain civil and political rights, coupled with a culture of impunity, has loomed over Egyptian lawyers and human rights defenders. To date, seven (7) prominent lawyers and two (2) known rights defenders have fallen prey to State-sanctioned and "legalized" human rights violations.

The NUPL sees the plight of lawyers and human rights defenders in China and Egypt as no different from what Filipino peoples' lawyers continue to experience. The exploitation of the law to guise rights abuses by those who are in power and position to maintain the oppressive condition afflicting the big majority of people worldwide, is a devious ploy that needs to be exposed and opposed. It is under these circumstances that NUPL stands in solidarity with lawyers' groups and peoples' organizations in all parts of the globe in condemning the state-sponsored attacks against rights defenders. ###

Reference:

Atty. Ephraim B. Cortez
NUPL Secretary General
[09175465798](tel:09175465798)

Atty. Cristina Yambot
NUPL Public Information Officer
[09178470301](tel:09178470301)



24 de enero de 2017

Jornada dedicada a la abogacía amenazada

El Consejo General de la Abogacía Española y su Fundación, miembros fundadores del Observatorio Internacional de Abogados en Riesgo, se suman al "Día del Abogado Amenazado", iniciativa promovida anualmente por la Asociación Libre de Abogadas y Abogados-ALA en el marco de los actos celebrados por la Asociación Europea de Abogados Demócratas-AED de manera paralela en varias capitales europeas. Para más información: <http://dayoftheendangeredlawyer.eu/>

En el 2017 el país escogido en atención al elevado número de denuncias recibidas es la **República Popular China** donde existen indicios y hechos que demuestran el elevado riesgo que comporta movilizarse en torno a la defensa de derechos y cuestionar el status quo. Por este motivo, son propuestos para el próximo 24 de enero los siguientes actos en solidaridad y compromiso con los compañeros y compañeras de la República Popular China que padezcan o hayan padecido toda forma de vulneraciones por razones estrictamente relacionadas con el ejercicio de la abogacía y la defensa de los derechos humanos. Entre los actos previstos, ha tenido lugar una concentración frente a embajada de la República Popular China convocada por ALA a las 13.30 horas.

Coloquio sobre la situación actual en la República Popular China para entender la situación de amenazas y persecución que padece la abogacía de derechos humanos y por extensión toda forma de activismo en un contexto adverso para el ejercicio, reivindicación y defensa de los derechos fundamentales.

Lugar: Salón de actos de la Asociación de la Prensa de Madrid
(Calle de Juan Bravo, 6. 28006 Madrid – Entrada por C/ Claudio Coello, 98)

16.00 Inauguración

Victoria Ortega Benito, Presidenta del Consejo General de la Abogacía Española

16.15 Proyección cortometraje sobre la situación de la Abogacía en China

16.30 Coloquio

María Baeza: Coordinadora de China, Amnistía Internacional-Sección España

Su Yutong: Periodista, defensora de derechos humanos y activista de internet

Rafael Eguiguren: Freelancer especializado en Resolución de Conflictos, fue responsable del portafolio de Derechos Humanos de la Unión Europea en China durante dos años.

Moderador

Oriol Rusca i Nadal, Presidente de la Comisión de Relaciones Internacionales del Consejo General de la Abogacía Española

18.00 Turno preguntas

18.30 Clausura

Jaime Montero, Coordinador de la Comisión de Defensa de la Defensa de la Asociación Libre de Abogadas y Abogados-ALA.

Entrada libre hasta completar aforo.

(/desalambre/)

Derechos y libertades

Ola de represión contra abogados de derechos humanos en China

▶ La periodista china Yutong Su denuncia la represión que sufren los abogados de derechos humanos desde la oleada de detenciones iniciada hace dos años

▶ Más de 300 abogados que representaban a víctimas de abusos han sido detenidos desde julio de 2015 en China

Icíar Gutiérrez (/autores/iciar_gutierrez/)

31/01/2017 - 20:52h



Protesta de varios abogados y activistas contra las detenciones de letrados en 2015. Imagen de archivo. EFE

Commission des droits de l'Homme

Genève, le 24 janvier 2017

Communiqué de presse

24 janvier 2017 – Journée des avocats en danger : focus sur la Chine

Le 24 janvier 2017 se tient la **Journée internationale des avocats en danger** (<http://dayoftheendangeredlawyer.eu/>), laquelle vise notamment à rappeler que chaque année, de nombreux avocats sont emprisonnés, persécutés, voire même assassinés, pour le simple exercice légitime de leur profession.

En cette journée, l'Ordre des avocats de Genève (ODA) se mobilise aux côtés de nombreuses autres associations professionnelles d'avocats pour honorer le courage de ces confrères qui remplissent au péril de leur vie les devoirs de leur profession d'assister leur client par tous les moyens appropriés pour préserver leurs droits.

De Nelson Mandela à Wang Yu, avocate chinoise lauréate du Prix Ludovic Trarieux 2016, nombreux sont malheureusement les exemples de confrères persécutés pour avoir mené leur mission d'avocat.

L'ODA, par sa Commission des droits de l'Homme, s'engage pour la Défense de la Défense. L'ODA a notamment mis en place un **Mécanisme de Réaction Rapide** dont le but est d'intervenir en faveur des avocats entravés dans l'exercice de leur fonction et d'interpeller les autorités compétentes.

Ces derniers mois, l'ODA a ainsi interpellé, parmi d'autres, les autorités du Burkina Faso, du Kenya, des Emirats Arabes Unies, d'Egypte, de Turquie et du Burundi (<https://www.odage.ch/commissions/droits-de-l-homme/defense-defense>).

Pour ne citer quelques exemples, la situation en **Turquie** est particulièrement inquiétante : des vagues d'arrestations d'avocats sont intervenues à de nombreuses reprises, lesquelles se sont inscrites dans le contexte délicat de l'arrestation et la révocation de très nombreux magistrats nationaux, concomitamment à la déclaration de l'état d'urgence. Les avocats des avocats en état d'arrestation ont à leur tour été emprisonnés, ce jusqu'à ce que les avocats cessent d'intervenir dans lesdites causes. C'est ainsi l'indépendance de l'ensemble du système judiciaire qui semble être en péril.

Un autre exemple particulièrement dramatique est celui de **Me Willie Kimani (Kenya)**, assassiné avec son client immédiatement après une audience, son client ayant eu le courage de déposer plainte contre des fonctionnaires de police.

Coordonnées de la Présidente

| 35, rue de la Mairie | Case postale 6569 | 1211 Genève 6 |
| Tél. 058 105 20 00 | Fax 058 105 20 60 | sgiroud@lalive.ch |

Après les Philippines et le Honduras, la Journée de l'avocat en danger 2017 est dédiée aux **avocats chinois**.

- Les avocats chinois sont victimes depuis des années de nombreuses mesures de représailles et de harcèlement de la part des autorités chinoises en raison de leur engagement pour la défense des libertés civiles, politiques, sociales et économiques de leurs concitoyens.
- La situation est devenue dramatique pour un nombre important d'avocats exerçant sur le territoire chinois depuis juillet 2015, suite à la répression dite du « 709 Crackdown » (« la répression du 9 juillet »).
- Depuis cette période, pas moins de 300 avocats actifs dans le domaine des droits de l'Homme ont été menacés, arrêtés et parfois même torturés. Les autorités semblent par ailleurs user sans désespérer de la pratique des « aveux forcés », qui consiste à commettre des actes de torture (chocs électriques notamment) jusqu'à ce que les détenus acceptent d'exprimer des aveux publics sur les chaînes TV chinoises. Ainsi que l'a indiqué le Comité des Nations Unies contre la torture lors du passage de la Chine en novembre 2015, la pratique de la torture demeure endémique en Chine, surtout en détention provisoire (*pre-trial detention*).
- Plusieurs avocats ont été « assignés à résidence surveillée dans un lieu désigné » (*Residential Surveillance in a designated location RSDL* ; concept inscrit dans le Code de procédure pénal chinois). Or, il ne s'agit ni plus, ni moins, d'une détention dans un lieu tenu secret de tous (famille, avocat, etc.). Cette pratique rendue légale en droit chinois fait des ravages dans le cadre du *Crackdown 709* à l'encontre des avocats chinois. Ce concept a également été dénoncé par le Comité contre la Torture.
- Toujours dans le contexte de la répression du 9 juillet 2015, les avocats détenus n'ont pas eu droit à un avocat de leur choix, ni même n'ont eu accès à leur famille.
- Il reste encore une dizaine d'avocats maintenus en détention depuis le mois de juillet 2015 qui n'ont toujours pas vu de juge.
- Parmi de nombreux exemples on peut citer celui de Me Wang Yu, lauréate du Prix Ludovic Trarieux 2016 qui est décerné à un avocat ayant illustré par son œuvre, son activité ou ses souffrances, la défense du respect des droits de l'homme et des droits de la défense. Me Yu a subi directement les conséquences de la répression du 9 juillet 2015. Elle a toutefois refusé publiquement le Prix Ludovic Trarieux qui lui a été attribué en déclarant qu'elle « *ne connaissait pas ce Prix, qu'elle ne le reconnaissait pas, et qu'elle n'en voulait pas* » en même temps qu'elle obtenait sa mise en libération sous caution ainsi que celle de son mari...

Pour plus d'information, veuillez contacter : **Myriam Fehr-Alaoui**
(E: m.fehralaoui@ducresthegkli.com)



China abandoning rule of law, human rights lawyers say

Group of leading lawyers and judges expresses 'grave concern' over the detention of legal professionals. Authors called on Xi Jinping to uphold international law if China truly wants the responsibility of a global power. Photograph: Denis Balibouse/Reuters

Benjamin Haas in Hong Kong

Tuesday 24 January 2017 03.16 GMT Last modified on Tuesday 24 January 2017 23.51 GMT

Top human rights lawyers say Xi Jinping's China is moving farther and farther away from the rule of law amid new claims about torture of Chinese attorneys

In a letter to the Guardian, a group of leading lawyers and judges from the US, Europe and Australia expressed "grave concern" over the detention and treatment of legal professionals.

'Your only right is to obey': lawyer describes torture in China's secret jails

The authors – which include former French justice minister Robert Badinter as well as British human rights lawyers Michael Mansfield QC and Clive Stafford Smith - called on China to release "the detained or arrested lawyers and others held with them", describing their detention as "without legal basis".

The letter – written to coincide with the Day of the Endangered Lawyer – comes after human rights lawyer Xie Yang detailed being tortured while in police custody. He was beaten, forced into stress positions, deprived food, drink and sleep, denied medical care and received death threats, with one inquisitor saying: "We'll torture you to death just like an ant".

Xie was one of nearly 250 lawyers, legal assistants and activists that were rounded up in a nationwide crackdown in July 2015. While most were released, about ten are still in custody or have been disappeared.

Two other lawyers targeted in that campaign, Li Heping and Wang Quanzhang, were reportedly tortured with electroshocks until they fainted, drawing particular concern from the authors of the letter.

The signatories also detailed instances of detainees fed unnecessary medicine, and highlighted one case where the repercussions of torture do not end once released. Li Chunfu, a lawyer and brother of Li Heping, was released earlier this month but displayed signs of severe mental illness, with some describing him as a “broken man”.

China must respect lawyers’ human rights

Letters: By detaining and disappearing these lawyers and law firm staff, China is in breach of its international obligations as well as Chinese domestic criminal law and constitutional principles
Read more

China has ratified the UN convention against torture, and the authors called on Xi to uphold international law if China truly wanted the responsibility of a global power.

“In order to vindicate its claim to be a responsible stakeholder in the international community and to be a respected global superpower, it is imperative that China honour its international commitments to international conventions and human rights,” the letter said.

“Xi Jinping has repeatedly stated that ‘China is a country ruled by law’ and that ‘every individual [Communist] party organisation and party member must abide by the country’s constitution and laws and must not take the party’s leadership as a privilege to violate them’. Yet the events just described appear to move farther and farther away from those commitments.”

A similar group penned a letter a year ago calling for China to end its crackdown on lawyers and activists then in its early days, but there has been no signs of improvement, promoting the lawyers to “write again to express our continued grave concern over subsequent developments in China”.

The signatories also included David Collins, former president of the American Bar Foundation, Elizabeth Evatt, a leading Australian civil rights lawyer, and Manfred Nowak, the former UN rapporteur on torture.

China abandoning rule of law, human rights lawyers say

Group of leading lawyers and judges expresses ‘grave concern’ over the detention of legal professionals

Authors called on Xi Jinping to uphold international law if China truly wants the responsibility of a global power. Photograph: Denis Balibouse/Reuters



Press release



24 January 2017

Day of the Endangered Lawyer: In solidarity with those at risk

Lawyers across the world run the risk of harassment, imprisonment and even murder just for doing their jobs, the Law Society of England and Wales said today as it marked 24 January - the Day of the Endangered Lawyer.

This annual expression of solidarity is recognition of the dangers many lawyers face as they work to uphold and protect fundamental rights.

Law Society president Robert Bourns said: "Today is a chance to reflect on the importance of the rule of law and the independence of the legal profession - essential foundations for political, social and economic stability.

"Lawyers must be allowed to carry out their professional duties without interference and should never be identified with their clients or clients' causes."

The country focus for the Day of the Endangered Lawyer 2017 is China.

Robert Bourns added: "The Law Society stands in solidarity with legal professionals around the world. We will continue to fight to ensure the survival of strong, vibrant justice systems everywhere."

Ends

About the Law Society

The Law Society is the independent professional body that works globally to support and represent solicitors, promoting the highest professional standards, the public interest and the rule of law.

THE GLOBAL LEGAL POST

THE VERY BEST OF THE WORLD'S LEGAL MEDIA

Incorporating The European Lawyer

[Home](#) [Big stories](#) [Global view](#) [Corporate counsel](#) [Management speak](#) [Events](#) [Blogs](#) [Publications](#)

[Business sector round up](#) [Who did the deals](#) [People](#) [Top tier](#)

[Home](#) » [Global view](#) » 'Day of the Endangered Lawyer' recognised today around the globe

'Day of the Endangered Lawyer' recognised today around the globe

By Kathryn Higgins

24 January 2017 at 13:00 BST

No, we're not referring to the looming rise of AI legal tech.

Lawyers, their colleagues and clients around the globe today will recognise and commemorate 24 January as international 'Day of the Endangered Lawyer' – an initiative launched by European Democratic Lawyers to raise awareness of the human rights challenges faced by practicing legal professionals around the



Sergey Nivens

world. The day also stands in recognition of the indispensable role that lawyers play in protecting and ensuring the rights of citizens in the countries where they live and practice. The date 24 January was chosen to commemorate the 1977 murders of four lawyers and their co-worker in Madrid, in what is now referred to as the *Massacre of Atocha*.

Each year, the Day of the Endangered Lawyer initiative focusses its attentions on the challenges and injustices being faced by the legal community in one country. Honduras was in the spotlight in 2016, while the focus this year will turn to China. 'Each year a disturbingly high number of lawyers are threatened, beaten, incarcerated or murdered because they represent unpopular clients or speak out against human rights abuses. Their brave and courageous actions are something for all lawyers to salute,' said New Zealand Law Society president Kathryn Beck in support of the initiative.



Radio Free Asia

国际关注危难律师日 29名各国律界人士谴责中国迫害律师

2017-01-25



1月24日是国际关注危难律师日，今年的主题是“中国人权律师”。29名各国律界人士谴责中国迫害律师。（志愿者提供/记者忻霖）

Photo: RFA

1月24日是“国际关注危难律师日”。29名来自世界各国的资深法律界人士和学者，在英国《卫报》发表公开信，谴责中国违反法治、迫害律师，敦促中国履行依法治国的承诺。此外，在国际关注危难律师日当天，在美国的中国人权律师滕彪，受邀参与了在美国举办的多个以此为主题的活动。他谴责习近平当局开历史倒车，对人权律师进行史无前例的打压。

1月24日是国际关注危难律师日，今年的主题是“中国人权律师”。为此，来自法国、英国、比利时、德国、瑞士、奥地利、西班牙、美国、澳大利亚、巴基斯坦的29位资深律师和法官以及国际律师组织领导人，在英国《卫报》联名发表公开信，表示严重关切中国律师所受的遭遇，谴责中国政府公然破坏法律，打压人权律师。公开信指，中国要想成为一个受尊重的大国，必须遵守它的国际承诺。

中国人权律师团的文东海律师接受本台采访时称，中国的“依法治国”在国际上几成笑谈：

“目前来说这个世界已经是民主国家占了绝大多数，还有少数几个国家在开历史的倒车，而709案正是集中体现了这一特点。把709作为关注的重点对象，我认为这不仅仅是作为我们国内人的一个想法，同时我认为也